



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO DE CONTAS

Junho de 2020

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'E' followed by a lightning bolt symbol and the initials 'R. B.'.



ÍNDICE

1. Introdução -----	2
2. Análise das Demonstrações Orçamentais	
2.1. Desempenho Orçamental -----	3
2.2. Alterações Orçamentais (Orçamento Inicial versus Orçamento Corrigido) -----	4
2.3. Execução Orçamental da Receita	
2.3.1. Grau da Execução da Receita -----	7
2.3.2. Propinas -----	10
2.4. Execução Orçamental da Despesa	
2.4.1. Grau da Execução da Despesa -----	12
2.4.2. Despesas com Pessoal -----	15
2.4.3. Despesas com Aquisição de Bens e Serviços -----	17
3. Análise das Demonstrações Financeiras	
3.1. Contas de Resultados -----	19
3.2. Contas do Balanço -----	20
4. Nota Final -----	23
Anexos -----	25



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

1. Introdução

A Universidade dos Açores (UAç) é uma pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica, património próprio e autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da lei e dos Estatutos da Universidade dos Açores.

O presente relatório apresenta a análise sobre a execução orçamental e sobre as demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) da UAç no ano de 2019, preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Na leitura deste relatório e dos indicadores económicos e financeiros, deve ter-se em consideração que a Universidade dos Açores está integrada no sector público administrativo e que, por isso, depende de financiamento do Orçamento de Estado e está subordinada aos princípios e às regras orçamentais aplicáveis ao setor das administrações públicas, sem prejuízo do regime de autonomia administrativa e financeira das instituições de ensino superior públicas. Esta circunstância condiciona a interpretação sobre indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro.

A Universidade dos Açores aplicou, pela primeira vez, o SNC-AP no exercício de 2018. Esta transição implicou a análise e quantificação dos ajustamentos decorrentes da mudança das políticas contabilísticas do POC-Educação para o SNC-AP, que se encontram descritos na Nota Introdutória do Anexo às Demonstrações Financeiras do exercício de 2018.

Todas as quantias monetárias indicadas neste relatório estão em euros, exceto quando expressamente indicada outra forma de apresentação.

O presente relatório após aprovação será publicitado no sítio da internet www.uac.pt

A presente análise reporta ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.



2. Análise das Demonstrações Orçamentais

2.1. Desempenho Orçamental

A conta de gerência relativa a 31 de dezembro de 2019 apresentou um volume global de 21.808.306,86 euros, conforme o seguinte mapa de fluxos:

Quadro 1: Recebimentos e Pagamentos e Saldo de Gerência de 2019

Fluxos de recebimentos		Fluxos de pagamentos	
<i>1. Saldo da gerência anterior</i>		<i>3. Pagamentos na gerência</i>	
De dotações orçamentais (OE)	42.439,85	De dotações orçamentais (OE)	16.713.309,00
Da União Europeia (UE)	332.757,54	Da União Europeia (UE)	334.042,79
De receitas próprias	144.267,20	De receitas próprias	3.632.812,97
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	0,00	Fundos alheios (operações tesouraria)	25.703,42
	519.464,59		20.705.868,18
<i>2. Recebimentos na gerência</i>		<i>4. Saldo para a gerência seguinte (1+2-3)</i>	
De dotações orçamentais (OE)	16.701.285,00	De dotações orçamentais (OE)	30.415,85
Da União Europeia (UE)	613.590,59	Da União Europeia (UE)	612.305,34
De receitas próprias	3.948.263,26	De receitas próprias	459.717,49
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	25.703,42	Fundos alheios (operações tesouraria)	0,00
	21.288.842,27		1.102.438,68
TOTAL	21.808.306,86	TOTAL	21.808.306,86

Em 31 de Dezembro de 2019, o saldo resultante da execução orçamental foi de 1.102.438,68 euros (519.464,59 euros no final do ano económico de 2018), devendo ser sublinhado que este saldo inclui 1.014.776,24 euros (450.732,09 euros, em 2018) de receitas consignadas a projetos e programas financiados pela União Europeia ou outras entidades públicas e privadas.

A Universidade dos Açores continua a ser fortemente condicionada pela insuficiência das dotações atribuídas pelo Orçamento do Estado (OE), que são estruturalmente insuficientes para pagamento da totalidade das Despesas com o Pessoal.

Apesar de, em 2019, a Universidade dos Açores ter obtido a compensação de algumas das medidas estabelecidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2019, casos da redução do valor das propinas e da extensão da remuneração complementar regional aos trabalhadores das instituições de ensino superior nas regiões autónomas, continuou a verificar-se o incumprimento do “Contrato entre o Governo e as Universidades Públicas Portuguesas no Âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento”, assinado em 16 de julho de 2016, uma vez que o reforço orçamental atribuído no orçamento inicial continuou a ser inferior ao aumento dos encargos com pessoal resultantes da aplicação das medidas de valorização remuneratória estabelecidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2018, que, em 2019, tiveram três progressões.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Importa sublinhar ainda que, em 2019, a Universidade dos Açores obteve um reforço orçamental extraordinário do Ministério da Ciência e Ensino Superior de 156 milhares de euros, montante equivalente ao que vinha a ser reclamado por esta instituição relativamente à insuficiência de financiamento no ano de 2018, o que possibilitou cumprir finalmente com o pagamento da última prestação da dívida do empréstimo realizado em 2012, no montante de 150 milhares de euros, mais os respetivos encargos com juros.

Neste contexto e apesar da Universidade dos Açores manter um quadro de contenção e rigor orçamental e de procura de outras fontes de receitas próprias, só foi possível afastar um quadro de rutura financeira em 2019 com o diferimento que ocorreu nos processos de desenvolvimento e valorização do corpo docente.

O quadro seguinte sintetiza os indicadores gerais do desempenho orçamental do ano findo em 31 de dezembro de 2019.

Quadro 2: Principais Indicadores Orçamentais

	2019	2018	Δ 2019 / 2018	
			Absoluta	Relativa
Orçamento Inicial	21.213.830	20.550.780	663.050	3,2%
Orçamento Corrigido	22.797.715	21.542.686	1.255.029	5,8%
Δ Orç. Corrigido / Inicial	7,5%	4,8%		
Receita Cobrada	21.782.603	20.813.123	969.480	4,7%
Despesa Paga	20.680.165	20.293.659	386.506	1,9%
Grau Execução Receita	95,5%	96,6%		-1,1%
Grau Execução Despesa	90,7%	94,2%		-3,7%
Orçamento do Estado (OE) (corrigido)	16.519.074	15.945.905	573.169	3,6%
Peso Financiamento do Estado	72,5%	74,0%		-2,1%

2.2. Alterações Orçamentais (Orçamento Inicial versus Orçamento Corrigido)

As alterações ao orçamento inicialmente aprovado para 2019 resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no total de 519.468 euros;
- receitas de projetos não previstas em orçamento, no total de 397.995 euros;
- reforços orçamentais obtidos do Ministério da Ciência e Ensino Superior, nos montantes de:
 - 156.000 euros, aplicado no pagamento da última prestação do empréstimo concedido pelo Estado Português em 28/06/2012;
 - 120.110 euros, para compensação da redução do valor das propinas determinado pelo Orçamento de Estado para 2019;



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

- 147.702 euros para compensação do acréscimo de despesas com a extensão da remuneração complementar regional aos trabalhadores das instituições de ensino superior nas regiões autónomas, também designada por subsídio de insularidade, determinado pelo Orçamento de Estado para 2019;
- 42.063 euros da libertação das verbas retidas no fundo comum previsto no “Contrato entre o Governo e as Universidades Públicas Portuguesas no Âmbito do Compromisso com a Ciência e o Conhecimento” celebrado na anterior legislatura terminada em 2019;
- financiamento da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a contratação de investigadores doutorados no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016, no total de 151.962 euros;
- apoio financeiro concedido pela Fundação Gaspar Frutuoso (FGF) no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado em 30/12/2019 para apoio ao recrutamento / promoção de docentes da carreira universitária, no montante de 200.000 euros;
- outras receitas não previstas em orçamento, no total de 547 euros.

O quadro seguinte apresentada o resumo das alterações orçamentais ocorridas em 2019.

Quadro 3: Alterações Orçamentais em 2019

	FF 311	FF 313	FF 313	FF 422	FF 482	FF 488	FF 513	FF 520	FF 540	Total
	OE	Saldo Gerência	FCT	UE - Projetos	UE - Erasmus	Saldo Gerência	Receitas Próprias	Saldo Gerência	Transf. AP	
Orçamento Inicial	16.053.199		52.798	21.467	277.209		4.393.457		415.700	21.213.830
Integração do Saldo de Gerência de 2018 ⁽¹⁾		42.441				332.758		144.269		519.468
Despesas com o pessoal		42.441				112.835		47.880		203.156
Aquisição de bens e serviços						56.297		78.689		134.986
Transferências correntes						163.626				163.626
Aquisição de bens de capital								17.700		17.700
Projetos não previstos em orçamento				39.621	275.295		67.053		16.026	397.995
Aquisição de bens e serviços				39.621	2.660		38.330		16.026	96.637
Transferências correntes					272.635		28.723			301.358
Reforço Orçamental	156.000									156.000
Despesas com o pessoal	156.000									156.000
Reforço Orçamental (redução de propinas)	120.110									120.110
Despesas com o pessoal	120.110									120.110
Reforço Orçamental (Subsídio de Insularidade)	147.702									147.702
Despesas com o pessoal	147.702									147.702
Reforço Orçamental (Fundo Comum)	42.063									42.063
Despesas com o pessoal	42.063									42.063
FCT (emprego científico - DL 57)			151.962				-151.962			0
Despesas com o pessoal			151.962				-151.962			0
FGF									200.000	200.000
Despesas com o pessoal									200.000	200.000
Outras receitas não previstas em orçamento							547			547
Aquisição de bens e serviços							547			547
Total de alterações orçamentais	465.875	42.441	151.962	39.621	275.295	332.758	-84.362	144.269	216.026	1.583.885
Orçamento Corrigido	16.519.074	42.441	204.760	61.088	552.504	332.758	4.309.095	144.269	631.726	22.797.715

⁽¹⁾ As diferenças para os saldos indicados no Quadro 1 devem-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais.

Em consequência das alterações orçamentais acima referidas, o orçamento corrigido da receita ascendeu a 22.797.715 euros, mais 7,5% do que o orçamento inicial aprovado, conforme de discrimina no quadro seguinte.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Quadro 4: Orçamento da Receita: Inicial versus Corrigido

Classificação Económica	2019		Δ Orç. Corrigido / Inicial	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	3.186.342	3.186.342	0	0,0%
5 Rendimentos de propriedades	4.385	4.385	0	0,0%
6 Transferências correntes	16.944.218	17.970.879	1.026.661	6,1%
7 Vendas de bens e serviços correntes	230.565	301.371	70.806	30,7%
8 Outras receitas correntes	846.485	659.923	-186.562	-22,0%
Total das receitas correntes	21.211.995	22.122.900	910.905	4,3%
10 Transferências de capital	0	151.962	151.962	-
15 Reposições não abatidas	1.835	3.385	1.550	84,5%
16 Saldo da gerência anterior	0	519.468	519.468	-
Total das receitas de capital	1.835	674.815	672.980	36674,7%
TOTAL	21.213.830	22.797.715	1.583.885	7,5%

As "Transferências de capital" correspondem ao financiamento da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a contratação de investigadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016, classificada nesta rubrica por determinação da DGO (Direção Geral do Orçamento), mas destinou-se à realização de despesas correntes com o pessoal.

Face ao ano anterior, o orçamento corrigido da receita de 2019 teve um aumento de +5,8%, conforme decomposição que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 5: Orçamento da Receita: Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

Classificação Económica	2019	2018	Δ Orç. Corrigido 2019 / 18	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	3.186.342	3.351.924	-165.582	-4,9%
5 Rendimentos de propriedades	4.385	4.435	-50	-1,1%
6 Transferências correntes	17.970.879	17.199.239	771.640	4,5%
7 Vendas de bens e serviços correntes	301.371	310.457	-9.086	-2,9%
8 Outras receitas correntes	659.923	346.140	313.783	90,7%
Total das receitas correntes	22.122.900	21.212.195	910.705	4,3%
10 Transferências de capital	151.962	0	151.962	-
15 Reposições não abatidas	3.385	2.660	725	27,3%
16 Saldo da gerência anterior	519.468	327.831	191.637	58,5%
Total das receitas de capital	674.815	330.491	344.324	104,2%
TOTAL	22.797.715	21.542.686	1.255.029	5,8%

Por sua vez, a variação do orçamento corrigido da despesa global face ao orçamento inicial aprovado, de +7,5%, ocorreu, em termos absolutos, essencialmente nas despesas correntes (+1.408.735 euros), nomeadamente, nas despesas com o pessoal, para fazer face às progressões das valorizações remuneratórias ocorridas em 2019 e subsídio de insularidade, nas transferências correntes, para bolsas de mobilidade, e na aquisição de bens e serviços, conforme se discrimina no quadro seguinte.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Quadro 6: Orçamento da Despesa: Inicial versus Corrigido

Classificação Económica	2019		Δ Orç. Corrigido / Inicial	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	19.042.122	19.644.928	602.806	3,2%
2 Aquisição de bens e serviços	1.619.176	1.926.666	307.490	19,0%
3 Juros e outros encargos	0	6.638	6.638	-
4 Transferências correntes	446.816	929.226	482.410	108,0%
6 Outras despesas correntes	47.965	57.356	9.391	19,6%
Total das despesas correntes	21.156.079	22.564.814	1.408.735	6,7%
7 Aquisição de bens de capital	57.751	80.901	23.150	40,1%
9 Ativos Financeiros	0	2.000	2.000	-
10 Passivos financeiros	0	150.000	150.000	-
Total das despesas de capital	57.751	232.901	175.150	303,3%
TOTAL	21.213.830	22.797.715	1.583.885	7,5%

Face ao ano anterior, o orçamento corrigido da despesa de 2019 teve um aumento de +5,8%, conforme decomposição que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 7: Orçamento da Despesa: Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

Classificação Económica	2019	2018	Δ Orç. Corrigido 2019 / 18	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	19.644.928	18.392.324	1.252.604	6,8%
2 Aquisição de bens e serviços	1.926.666	1.928.674	-2.008	-0,1%
3 Juros e outros encargos	6.638	2.275	4.363	191,8%
4 Transferências correntes	929.226	685.632	243.594	35,5%
6 Outras despesas correntes	57.356	76.451	-19.095	-25,0%
Total das despesas correntes	22.564.814	21.085.356	1.479.458	7,0%
7 Aquisição de bens de capital	80.901	157.330	-76.429	-48,6%
9 Ativos Financeiros	2.000	0	2.000	-
10 Passivos financeiros	150.000	300.000	-150.000	-50,0%
Total das despesas de capital	232.901	457.330	-224.429	-49,1%
TOTAL	22.797.715	21.542.686	1.255.029	5,8%

2.3. Execução Orçamental da Receita

2.3.1. Grau da Execução da Receita

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da receita, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se desta forma avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Quadro 8: Grau de Execução Orçamental da Receita

Classificação Económica	2019			2018			Δ Rec. Cobrada 2019 / 18	
	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	3.186.342	2.893.368	90,8%	3.351.924	3.077.340	91,8%	-183.972	-6,0%
5 Rendimentos de propriedades	4.385	4.385	100,0%	4.435	4.385	98,9%	0	0,0%
6 Transferências correntes	17.970.879	17.898.242	99,6%	17.199.239	17.132.385	99,6%	765.856	4,5%
MCTES	16.519.074	16.519.074	100,0%	15.945.905	15.945.905	100,0%	573.169	3,6%
Serviços e Fundos Autónomos	257.798	230.250	89,3%	53.177	41.886	78,8%	188.364	449,7%
Administração Regional	394.039	394.038	100,0%	581.205	577.740	99,4%	-183.702	-31,8%
Administração Local	30.700	20.700	67,4%	17.700	14.950	84,5%	5.750	38,5%
EU/Instituições	613.262	613.261	100,0%	498.495	455.643	91,4%	157.618	34,6%
Outros	156.006	120.919	77,5%	102.757	96.262	93,7%	24.657	25,6%
7 Vendas de bens e serviços correntes	301.371	292.609	97,1%	310.457	243.942	78,6%	48.667	20,0%
8 Outras receitas correntes	659.923	19.191	2,9%	346.140	25.413	7,3%	-6.223	-24,5%
Total das receitas correntes	22.122.900	21.107.793	95,4%	21.212.195	20.483.465	96,6%	624.329	3,0%
10 Transferências de capital	151.962	151.961	100,0%	0	0	-	151.961	-
15 Reposições não abatidas	3.385	3.384	100,0%	2.660	1.830	68,8%	1.554	84,9%
16 Saldo da gerência anterior	519.468	519.465	100,0%	327.831	327.829	100,0%	191.636	58,5%
Total das receitas de capital	674.815	674.810	100,0%	330.491	329.659	99,7%	345.151	104,7%
TOTAL	22.797.715	21.782.603	95,5%	21.542.686	20.813.123	96,6%	969.480	4,7%

Em 31 de dezembro de 2019, a receita cobrada do orçamento da Universidade dos Açores totalizou 21.782.603 euros, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 95,5% (96,6% em 2018). A redução do grau de execução da receita cobrada em 2019 é justificada pela rubrica de "Outras receitas correntes" onde se encontrava prevista uma receita extraordinária de 802 milhares de euros, que não se concretizou, com exceção do financiamento recebido da FCT, mas que se encontra classificado na rubrica de "Transferências de capital".

Face ao ano anterior, a receita cobrada apresenta uma variação positiva de 4,7% (0,3%, em 2018), justificada principalmente pelo aumento das transferências correntes, nomeadamente de:

- transferências do OE, que, conforme se referiu anteriormente, ainda foram insuficientes para o aumento de despesas com o pessoal decorrentes das progressões das valorizações remuneratórias determinadas pelo Orçamento de Estado para 2018;
- transferência da FGF no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado em 30/12/2019;
- transferências da EU e outras entidades, principalmente relacionadas com bolsas de mobilidade e, como tal, consignadas para este feito e não disponíveis para financiar a atividade geral da UAc;
- transferências da FCT para a contratação de investigadores doutorados no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016.

Por outro lado, verificou-se uma redução significativa nas rubricas de:

- receitas próprias de propinas, registada na rubrica "Taxas, multas e outras penalidades", que teve uma redução de 183.972 euros, menos 6,0%, decorrente da redução do valor das propinas determinada pela Lei do Orçamento de Estado para 2019, parcialmente compensada por transferências do OE, conforme referido anteriormente. Excluindo este efeito, as receitas próprias de propinas continuam a apresentar uma evolução negativa. Conforme análise que será apresentada mais adiante;



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

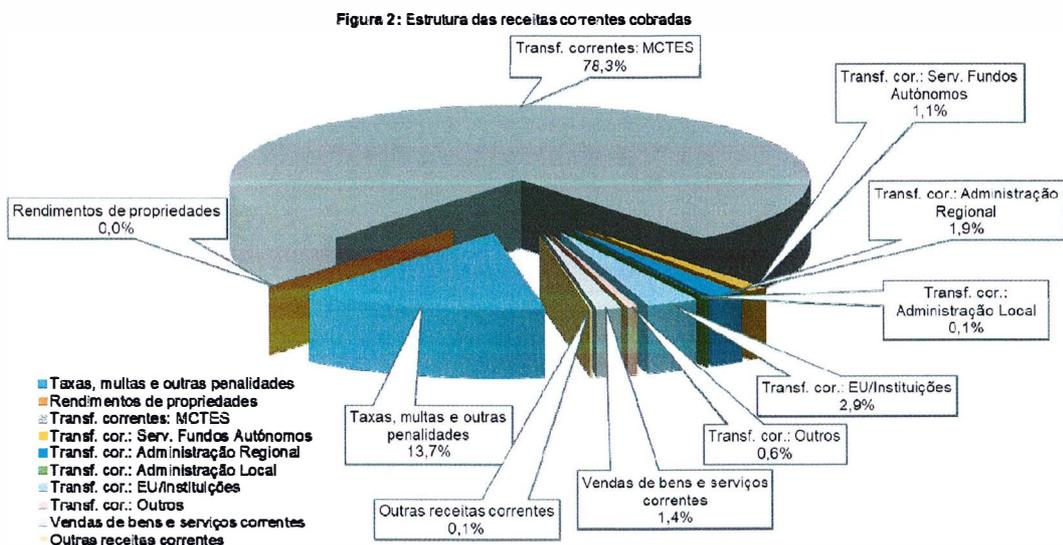
- transferências do Governo Regional dos Açores, que, em 2019, transferiu a 2.^a tranche das verbas atribuídas em 2018 e a 1.^a tranche das verbas atribuídas no ano, enquanto que em 2018 tinha transferido no total três tranches, incluindo apoios atribuídos em anos anteriores. A 2.^a tranche das verbas atribuídas em 2019 já foi paga no início de 2020 e também já foi aprovado pelo Governo da Região Autónoma dos Açores a atribuição do apoio à tripolaridade para o ano de 2020 no total de 350.000 euros, montante idêntico ao de anos anteriores. Apesar de importante, este apoio é insuficiente para financiar os sobrecustos de funcionamento da estrutura tripolar da UAc, conforme tem sido reafirmado publicamente pelos órgãos desta instituição. Esta rubrica inclui ainda as verbas recebidas e consignadas a projetos e, como tal, não disponíveis para financiar a atividade geral da UAc;

A execução das receitas correntes e de capital e respetivo peso no orçamento corrigido apresenta-se na figura seguinte:



Receitas Correntes:

Cerca de 97,0% das receitas cobradas em 2019 são correntes, pelo que importa discriminar por grandes rubricas, conforme se apresenta na figura seguinte:





UNIVERSIDADE DOS AÇORES

A principal fonte de financiamento da Universidade dos Açores é o Orçamento de Estado (OE), que se esgota nas despesas com o pessoal, não sendo sequer suficiente para a totalidade destes encargos. O financiamento direto do OE ascendeu, em 2019, a 16.519.074 euros, o que representa 78,3% das receitas correntes e a 75,8% (76,6% em 2018) do total do orçamento da UAc.

Face ao ano anterior, as transferências do OE aumentaram 4,5%, em consequência dos reforços recebidos do MCTES, conforme referido anteriormente.

Apesar da redução do valor das propinas determinada pela Lei do Orçamento de Estado para 2019, a receita cobrada de propinas ("Taxas, multas e outras penalidades") continua a representar a segunda fonte de financiamento, com 13,7% das receitas correntes e 13,3% (14,8% em 2018) do orçamento total da Universidade dos Açores. Importa sublinhar que a referida redução do valor das propinas teve ainda um impacto limitado em 2019, uma vez que se aplicou, pela primeira vez, ao ano letivo de 2019/20. No ponto seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada da estrutura e evolução recente desta rubrica.

A receita atribuída pela Região Autónoma dos Açores, referente ao apoio aos custos com a tripolaridade, representou apenas 1,9% das receitas correntes de 2019 e 1,8% (2,8% em 2018) do orçamento total da Universidade dos Açores.

A receita proveniente das vendas de bens e serviços correntes, em 2019, representou 1,3% (1,2% em 2018) da receita cobrada, tendo atingido o montante de 292.609 euros, traduzindo um aumento de 20,0% face ao ano precedente. Inclui-se nesta rubrica a cobrança da afetação dos recursos humanos da Universidade dos Açores com funções no IMAR e CIVISA.

As outras receitas correntes, em 2019, representaram 0,1% (0,1% em 2018) da receita cobrada, tendo atingido o montante de 19.191 euros, traduzindo um decréscimo de 24,5% face ao ano de 2018.

Receitas de Capital:

Em 2019, as receitas de capital atingiram 3,1% (1,6% em 2018) do orçamento total da Universidade dos Açores, com uma variação absoluta de 345.151 euros relativamente ao ano precedente, justificada pelas verbas recebidas da FCT, mas que se destinaram ao financiamento de despesas correntes, e o aumento do saldo da gerência do ano anterior, correspondente na sua quase totalidade a verbas consignadas a projetos, por isso não disponíveis para investimento.

2.3.2. Propinas

A receita de propinas e outras taxas é a principal fonte de receitas próprias da Universidade dos Açores. Em 2019, a evolução desta receita foi negativa em 6,0% face ao ano anterior, conforme detalhe que se apresenta no quadro seguinte:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Quadro 9: Comparativo de taxas, multas e outras penalidades 2019-2018

	2019	2018	Δ 2019-2018	
			Absoluta	Relativa
Taxas	2.881.948	3.060.580	-178.632	-5,8%
Propinas	2.713.220	2.856.733	-143.514	-5,0%
1º Ciclo	1.747.648	1.823.890	-76.242	-4,2%
2º Ciclo	543.718	534.285	9.433	1,8%
3º Ciclo	119.474	127.677	-8.204	-6,4%
Mestrado integrado	229.692	236.920	-7.228	-3,1%
Propinas - Outras	72.688	133.961	-61.273	-45,7%
Taxas diversas	168.728	203.847	-35.119	-17,2%
Multas e outras penalidades	11.420	16.759	-5.340	-31,9%
Juros de mora	11.420	16.759	-5.340	-31,9%
TOTAL	2.893.368	3.077.340	-183.972	-6,0%

A principal rubrica deste agrupamento é a receita de propinas, cuja estrutura detalhada, para o ano de 2019, se apresenta no quadro seguinte com a repartição por unidades orgânicas, ciclo de estudos e anos letivos de 2019-20, 2018-19 e anteriores.

Quadro 10: Total de propinas cobradas no ano de 2019 por unidade orgânica

U.O.	Ano letivo	2019								2018					
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Mest Int	Pós-Grad	CET	CTeSP	Outros	Total	% Total	Total	% Total		
ESS		367.768								975	368.743	13,6%	369.317	13,0%	
Anteriores		3.281									3.281		3.443		
2018-19		245.645								975	246.620		235.001		
2019-20		118.843									118.843		130.873		
EST										15.106	15.106	0,6%	20.215	0,7%	
Anteriores											330		642		
2018-19											9.574		12.210		
2019-20											5.202		7.363		
FCAA		82.247	78.282	18.039	50.751					109	1.762	8,5%	325.618	11,4%	
Anteriores		3.116	5.691		656					109	9.572		9.623		
2018-19		56.273	47.551	11.701	30.816						1.722		219.265		
2019-20		22.859	25.041	6.338	19.279						40		96.730		
FCSH		708.984	152.616	16.410	14.821	4.142					24.951	921,925	34,0%	921.132	32,3%
Anteriores		15.107	3.867	1.586		2.667					621	23.848		28.136	
2018-19		439.594	94.027	10.661	12.091						10.655	567.027		553.452	
2019-20		254.284	54.723	4.163	2.731	1.475					13.675	331.050		339.544	
FCT		209.838	71.685	50.105	163.920					240	6.865	502.653	18,5%	557.936	19,6%
Anteriores		4.379	2.781	1.268	1.582					240	140	10.389		11.086	
2018-19		125.863	43.016	48.838	94.337						2.340	314.393		341.419	
2019-20		79.596	25.889		68.002						4.385	177.871		205.431	
FEG		378.810	241.135	37.670							7.860	665.474	24,5%	641.523	22,5%
Anteriores		11.653	110	2.268								14.030		18.788	
2018-19		234.553	143.018	21.460							240	399.271		375.780	
2019-20		132.603	98.007	13.943							7.620	252.173		246.955	
IVAR											600	600	0,0%	1.098	0,0%
Anteriores											225	225		0	
2018-19											375	375		873	
2019-20											0	0		225	
Outros											8.472	8.472	0,3%	11.610	0,4%
TOTAL ⁽¹⁾		1.747.648	543.718	122.224	229.492	4.142	349	15.106	51.485	15.106	2.714.163	100,0%	2.848.449	100,0%	
% Total		64,4%	20,0%	4,5%	8,5%	0,2%	0,0%	0,6%	1,9%	0,6%	100,0%				

⁽¹⁾ A diferença destes totais com a rubrica de propinas do quadro anterior deve-se a diferenças de classificação, que não são relevantes para esta análise.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Em termos de peso relativo por unidade orgânica (U.O.), verifica-se uma estabilidade em 2019 face ao ano anterior, com exceção da FCAA que apresenta uma redução significativa do seu peso relativo no total.

Por ciclo de estudos, verifica-se que o montante mais elevado de propinas corresponde ao 1.º ciclo de estudos, com 64,4% (64,0%, em 2018, e 63,25%, em 2017) do total.

Relativamente a propinas de anos letivos anteriores em dívida, apresenta-se no quadro seguinte a situação agregada dessas dívidas e os montantes recuperados através da Autoridade Tributária, desde 2015. Como se pode verificar pelas taxas médias de recuperação, este procedimento tem produzido resultados elevados, com uma taxa média de recuperação que atinge 81,8%, excluindo o último ano letivo cujo processo de cobrança ainda se encontra no início.

Quadro 11: Dívidas de propinas em cobrança na Autoridade Tributária (AT)

Ano letivo	Dívida inicial	Recebido desde 2015	Dívida 31/12/2019	% recuperação acumulada 31/12/2019	% recuperação acumulada 31/12/2018
2006 / 2007	38.859,51	33.916,90	4.942,61	87,3%	84,8%
2007 / 2008	52.246,48	47.791,36	4.455,12	91,5%	92,2%
2008 / 2009	78.201,00	63.324,57	14.876,43	81,0%	80,3%
2009 / 2010	81.436,62	72.548,46	8.888,16	89,1%	88,4%
2010 / 2011	108.734,20	90.463,11	18.271,09	83,2%	82,3%
2011 / 2012	98.861,42	72.703,87	26.157,55	73,5%	70,8%
2012 / 2013	91.789,17	75.675,42	16.113,75	82,4%	79,6%
2013 / 2014	59.992,50	51.805,51	8.186,99	86,4%	83,3%
2014 / 2015	46.663,71	33.260,78	13.402,93	71,3%	70,8%
2015 / 2016	44.922,81	40.402,17	4.520,64	89,9%	77,3%
2016 / 2017	30.226,83	22.199,67	8.027,16	73,4%	61,1%
2017 / 2018	56.341,48	40.992,56	15.348,92	72,8%	8,5%
Total AT	788.275,73	645.084,38	143.191,35	81,8%	74,8%
2018/2019 (*)			86.861,64		
Planos de pagamento Pendentes			3.358,64		
			16.933,35		
TOTAL			250.344,98		

(*) Remetido à AT em 2020.

2.4. Execução Orçamental da Despesa

2.4.1. Grau da Execução da Despesa

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da despesa, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se desta forma avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.



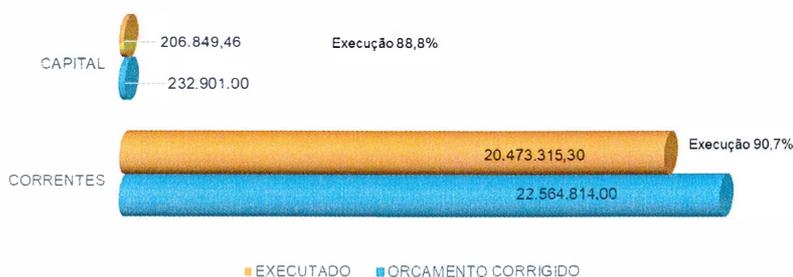
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Quadro 12: Grau de Execução Orçamental da Despesa

Classificação Económica	2019			2018			Δ Desp. Paga 2019 / 18	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	19.644.928	18.485.589	94,1%	18.392.324	18.041.104	98,1%	444.485	2,5%
Remunerações certas e permanentes	14.939.336	14.837.379	99,3%	14.606.506	14.606.500	100,0%	230.879	1,6%
Abonos variáveis	146.297	140.484	96,0%	31.234	22.792	73,0%	117.692	516,4%
Encargos sobre remunerações	4.559.295	3.507.727	76,9%	3.754.584	3.411.812	90,9%	95.914	2,8%
2 Aquisição de bens e serviços	1.926.666	1.493.766	77,5%	1.928.674	1.483.486	76,9%	10.280	0,7%
Aquisição de bens	254.225	164.929	64,9%	207.255	133.364	64,3%	31.565	23,7%
Aquisição de serviços	1.672.441	1.328.837	79,5%	1.721.419	1.350.122	78,4%	-21.285	-1,6%
3 Juros e outros encargos	6.638	6.638	100,0%	2.275	1.533	67,4%	5.104	332,9%
4 Transferências correntes	929.226	435.596	46,9%	685.632	435.376	63,5%	220	0,1%
6 Outras despesas correntes	57.356	51.726	90,2%	76.451	75.904	99,3%	-24.178	-31,9%
Total das despesas correntes	22.564.814	20.473.315	90,7%	21.085.356	20.037.404	95,0%	435.911	2,2%
7 Aquisição de bens de capital	80.901	54.849	67,8%	157.330	106.255	67,5%	-51.405	-48,4%
9 Ativos Financeiros	2.000	2.000	100,0%	0	0	-	2.000	-
10 Passivos financeiros	150.000	150.000	100,0%	300.000	150.000	50,0%	0	0,0%
Total das despesas de capital	232.901	206.849	88,8%	457.330	256.255	56,0%	-49.405	-19,3%
TOTAL	22.797.715	20.680.165	90,7%	21.542.686	20.293.659	94,2%	386.506	1,9%

Em 2019, a despesa total executada, no orçamento da Universidade dos Açores, foi de 20.680.165 euros, 1,9% superior à despesa total executada no ano anterior, principalmente justificado pelo aumento das “Despesas com o Pessoal”. Face à despesa orçamentada corrigida, que totalizava 22.797.715 euros, o grau de execução foi de 90,7% (94,2%, em 2018). Esta redução do grau de execução do orçamento total é justificada pelo aumento de verbas não executadas de projetos, mas que continuam consignadas à execução dos mesmos, e tem reflexo no grau de execução das rubricas de “Aquisição de bens e serviços” e “Transferências correntes”. A execução das despesas correntes e de capital e respetivo peso no orçamento corrigido apresenta-se na figura seguinte:

Figura 3: Despesa executada vs despesa orçamentada corrigida



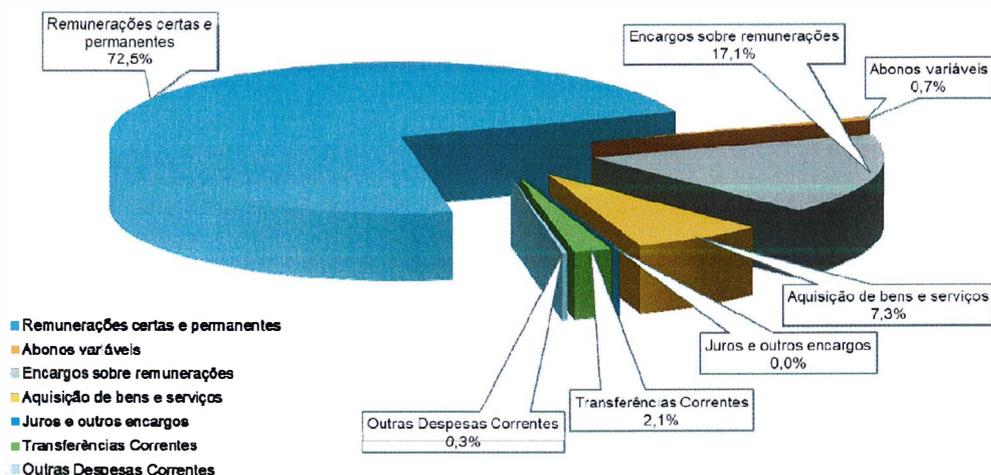
Despesas Correntes:

Cerca de 99,0% da despesa executada em 2019 corresponde a despesas correntes, pelo que importa discriminar a sua composição e evolução por grandes rubricas.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Figura 4: Estrutura da despesa corrente executada



As “Despesas com pessoal”, em 2019, ascenderam a 18.392 milhares de euros e representam 90,3% (90,0% em 2018) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2018, registou-se um acréscimo de 444 milhares de euros, um aumento de 2,5%, consequência dos efeitos das valorizações remuneratórias e do pagamento do subsídio de insularidade.

As “Remunerações certas e permanentes”, em 2019, representaram 72,5% (72,9% em 2018) da despesa corrente paga, tendo atingido o montante de 14.837 milhares de euros, um aumento de 1,6% face ao ano anterior.

Os “Abonos variáveis”, em 2019, representaram 0,7% (0,1% em 2018) da despesa corrente paga, no montante global de 140 milhares de euros, com um aumento de 118 milhares de euros face ao ano anterior, que se deveu ao pagamento do já referido subsídio de insularidade.

Os “Encargos sobre remunerações”, em 2019, representaram 17,1% (17,0% em 2018) da despesa corrente paga, no montante global de 3.508 milhares de euros, traduzindo um aumento de 2,8% face ao ano precedente.

A “Aquisição de bens e serviços”, em 2019, ascendeu a 1.494 milhares de euros e representou 7,3% (7,4% em 2018) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2018, verificou-se um aumento de 10 milhares de euros, mais 0,7%.

Os “Juros e outros encargos”, em 2019, ascenderam a apenas 6.638 euros, cerca de 0,0% (0,0% em 2018) da despesa corrente paga, com um aumento de 5.104 euros face ao ano precedente, justificado pelo pagamento de juros de mora pelo atraso do pagamento da última prestação do empréstimo concedido pelo Estado em 2012.

As “Transferências correntes”, em 2019, representaram cerca de 2,1% (2,2% em 2018) da despesa corrente paga, no montante global de 436 milhares de euros, traduzindo um aumento de 0,1% face ao ano precedente. Esta rubrica inclui principalmente o pagamento de bolsas de mobilidade.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

As “Outras despesas correntes”, em 2019, ascenderam a 52 milhares de euros e representaram 0,3% (0,4% em 2018) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2018, regista-se uma diminuição de cerca de 31,9%. A redução é justificada principalmente com a redução dos encargos bancários com a mudança do banco de apoio do serviço multibanco de pagamento de propinas em cerca de 13,0 milhares de euros.

Despesas de Capital:

As despesas de capital, em 2019, representavam cerca de 1,0% (1,3% em 2018) do orçamento corrigido.

A execução da despesa na aquisição de bens de capital teve uma redução de 51 milhares de euros face ao ano anterior, uma variação de menos 48,4%, justificada pelo facto de em 2018 a UAc ter beneficiado do recebimento de uma tranche adicional de verbas atribuídas pelo Governo Regional dos Açores para apoio à tripolaridade, que se encontrava em atraso, o que permitiu, naquele ano, a realização de diversos investimentos necessários em equipamentos e instalações.

Dada a falta de meios financeiros disponíveis, esta despesa continua a ser insuficiente para as necessidades da UAc e continua a representar uma fatia diminuta da despesa total realizada, quedando-se, em 2019, em 0,3% (0,5% em 2018) da despesa total.

A despesa de 2.000 euros em “Ativos Financeiros” refere-se à realização da entrada inicial da Universidade dos Açores no património social da ADFMA - Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores.

Relativamente aos passivos financeiros, conforme já anteriormente referido, em 2019 foi paga a última prestação, no montante de 150 milhares de euros, do empréstimo concedido pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças, à Universidade dos Açores, em 28/06/2012, no montante inicial de 2.750.000 euros, no contexto da aprovação do plano de reequilíbrio financeiro da UAc.

O quadro seguinte resume o serviço da dívida executado em 2019, não havendo mais serviço de dívida para executar em 2020.

Quadro 13: Serviço da dívida

Executado	Capital	Juros (1)
2019	150.000	6.638

Por executar	Capital	Juros
2020	-	-

(1) Inclui juros de mora.

2.4.2. Despesas com Pessoal

A rubrica das “Despesas com pessoal”, dado o seu peso na estrutura da despesa total da Universidade dos Açores, é considerada a mais crítica para a execução orçamental. O peso desta rubrica aumentou para 89,4% da despesa total em 2019, que compara com 88,9% em 2018, em resultado das progressões das valorizações remuneratórias ocorridas em 2019 e do pagamento do subsídio de insularidade.



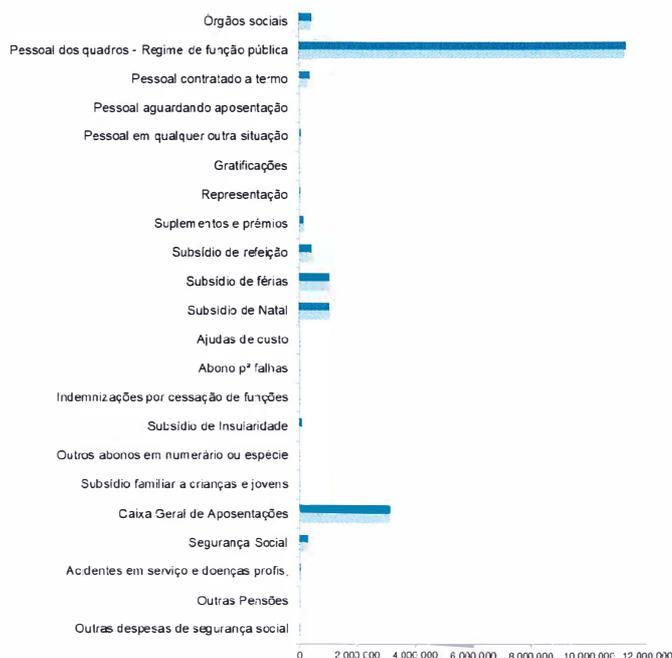
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

O quadro e figura seguintes apresentam em detalhe a composição das despesas com pessoal em 2019 e a sua comparação com o ano precedente.

Quadro 14 - Desagregação das Despesas com Pessoal

Classificação Económica	2019				2018		Δ Desp. Paga 2019 / 18	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau Exec. Orç.	% total	Despesa Paga	% total	Absoluta	Relativa
Remunerações certas e permanentes	14.939.336	14.837.379	99,3%	80,3%	14.606.500	81,0%	230.879	1,6%
Órgãos sociais	411.973	411.972	100,0%		375.221		36.751	9,8%
Pessoal dos quadros - Regime de função pública	11.422.611	11.320.657	99,1%		11.234.029		86.629	0,8%
Pessoal contratado a termo	367.278	367.278	100,0%		314.926		52.352	16,6%
Pessoal aguardando aposentação	18.831	18.831	100,0%		8.154		10.677	130,9%
Pessoal em qualquer outra situação	57.655	57.655	100,0%		52.240		5.415	10,4%
Gratificações	1.392	1.392	100,0%		1.400		-8	-0,6%
Representação	29.462	29.462	100,0%		26.317		3.145	12,0%
Suplementos e prémios	128.825	128.824	100,0%		134.050		-5.226	-3,9%
Subsídio de refeição	425.890	425.889	100,0%		423.064		2.825	0,7%
Subsídio de férias	1.046.253	1.046.253	100,0%		1.020.482		25.771	2,5%
Subsídio de Natal	1.029.166	1.029.166	100,0%		1.016.617		12.549	1,2%
Abonos variáveis ou eventuais	146.297	140.484	96,0%	0,8%	22.792	0,1%	117.692	516,4%
Ajudas de custo	16.719	10.909	65,2%		9.535		1.373	14,4%
Abono p ^a falhas	3.139	3.139	100,0%		2.860		279	9,8%
Indemnizações por cessação de funções	19.963	19.962	100,0%		8.850		11.113	125,6%
Subsídio de Insularidade	103.278	103.277	100,0%		0		103.277	-
Outros abonos em numerário ou espécie	3.198	3.197	100,0%		1.547		1.650	106,6%
Segurança social	4.559.295	3.507.727	76,9%	19,0%	3.411.812	18,9%	95.914	2,8%
Subsídio familiar a crianças e jovens	13.938	13.938	100,0%		13.947		-9	-0,1%
Contribuições p^a a segurança social	4.478.106	3.426.542	76,5%		3.342.596		83.946	2,5%
Caixa Geral de Aposentações	4.178.117	3.126.710	74,8%		3.093.790		32.921	1,1%
Segurança Social	299.989	299.832	99,9%		248.806		51.025	20,5%
Acidentes em serviço e doenças profis.	31.259	31.256	100,0%		29.557		1.699	5,7%
Outras Pensões	21.259	21.258	100,0%		12.658		8.600	67,9%
Outras despesas de segurança social	14.733	14.733	100,0%		13.054		1.678	12,9%
TOTAIS	19.644.928	18.485.589	94,1%	100,0%	18.041.104	100,0%	444.485	2,5%

Figura 5: Despesas com Pessoal





UNIVERSIDADE DOS AÇORES

2.4.3. Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A rubrica da “Aquisição de bens e serviços”, que representa 7,2% (7,3% em 2018) da despesa total da Universidade dos Açores, corresponde ao segundo maior grupo de despesa corrente e engloba toda a tipologia de despesa afeta ao funcionamento da instituição.

O quadro seguinte apresenta em detalhe a composição das despesas desta rubrica em 2019 e a comparação com o ano precedente.

Quadro 15 - Desagregação das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Classificação Económica	2019				2018		Δ Desp. Paga 2019 / 18	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau Exec. Orç.	% total	Despesa Paga	% total	Absoluta	Relativa
Aquisição de bens	254.225	164.929	64,9%	11,0%	133.364	9,0%	31.565	23,7%
Matérias-primas e subsidiárias	67.855	28.030	41,3%	1,9%	15.097	1,0%	12.932	85,7%
Combustíveis e lubrificantes	10.715	7.744	72,3%	0,5%	6.290	0,4%	1.455	23,1%
Limpeza e higiene	17.494	17.057	97,5%	1,1%	8.453	0,6%	8.604	101,8%
Vestuário e artigos pessoais	3.462	3.462	100,0%	0,2%	461	0,0%	3.001	651,0%
Material de escritório	59.710	34.321	57,5%	2,3%	34.892	2,4%	-571	-1,6%
Prémios, condecorações e ofertas	33.472	27.858	83,2%	1,9%	7.209	0,5%	20.649	286,5%
Ferramentas e utensílios	6.982	6.976	99,9%	0,5%	3.639	0,2%	3.337	91,7%
Material de educação, cultura e recreio	3.582	1.471	41,1%	0,1%	5.477	0,4%	-4.005	-73,1%
Outros bens	50.953	38.010	74,6%	2,5%	51.847	3,5%	-13.836	-26,7%
Aquisição de serviços	1.672.441	1.328.837	79,5%	89,0%	1.350.122	91,0%	-21.285	-1,6%
Encargos das instalações	457.534	374.312	81,8%	25,1%	412.811	27,8%	-38.498	-9,3%
Conservação de bens	64.880	32.330	49,8%	2,2%	38.534	2,6%	-6.204	-16,1%
Comunicações	23.520	21.147	89,9%	1,4%	19.947	1,3%	1.200	6,0%
Transportes	224	223	99,6%	0,0%	307	0,0%	-84	-27,4%
Seguros	17.408	17.087	98,2%	1,1%	18.322	1,2%	-1.236	-6,7%
Deslocações e estadas	144.200	83.662	58,0%	5,6%	83.604	5,6%	59	0,1%
Estudos, pareceres, projetos e consult.	11.662	3.746	32,1%	0,3%	12.065	0,8%	-8.319	-68,9%
Publicidade	34.754	15.364	44,2%	1,0%	22.261	1,5%	-6.897	-31,0%
Vigilância e segurança	126.851	126.849	100,0%	8,5%	110.522	7,5%	16.328	14,8%
Assistência técnica	105.963	89.562	84,5%	6,0%	67.235	4,5%	22.327	33,2%
Outros trabalhos especializados	367.329	325.184	88,5%	21,8%	339.829	22,9%	-14.646	-4,3%
Outros serviços	318.116	239.370	75,2%	16,0%	224.684	15,1%	14.686	6,5%
TOTAIS	1.926.666	1.493.766	77,5%	100,0%	1.483.486	100,0%	10.280	0,7%

A “Aquisição de bens” registou em 2019 um aumento de 31.565 euros, mais 23,7%, que se deveu principalmente ao aumento das despesas com a aquisição de medalhas, incluindo a aquisição efetuada em 2018, mas só paga e registada na execução orçamental de 2019, e ao aumento de consumos laboratoriais, registados na rubrica “Matérias-primas e subsidiárias”.

Por outro lado, a “Aquisição de serviços” registou em 2019 uma redução de 21.285 euros, menos 1,6% face ao ano precedente, justificada principalmente pelas reduções dos “Encargos com instalações”, em resultado das poupanças conseguidas nos consumos de água e eletricidade, e “Outros trabalhos especializados”, decorrente da redução das contratações à hora letiva. Esta rubrica de “Outros trabalhos especializados” é composta principalmente por encargos com a atividade letiva, na forma de



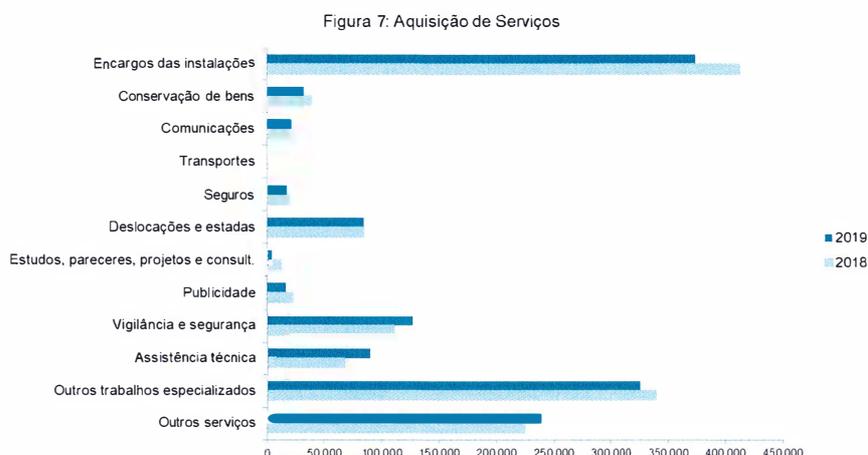
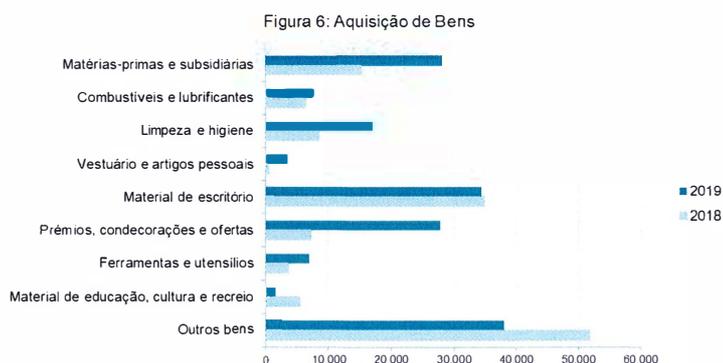
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

contratações à hora letiva e o protocolo de medicina, que, no conjunto, ascenderam a 250 milhares de euros em 2019 (282 milhares de euros em 2018).

Os principais aumentos na “Aquisição de serviços” ocorreram na “Assistência técnica”, que inclui os contratos de manutenção de instalações técnicas, de hardware e de licenciamento e assistência de software, e na “Vigilância e segurança”, na sequência do aumento das horas de serviço do novo contrato celebrado no final de 2018.

Em 2019, a rubrica de “Outros serviços” inclui pagamentos à A3ES (98.000 euros), relativos à acreditação de cursos, licenciamento de software Microsoft (62.961,07 euros), licenciamento de software de gestão de horários (10.325,00 euros) e outros licenciamentos de software e prestações de serviços diversos.

As figuras seguintes ilustram a estrutura das despesas com aquisições de bens e das despesas com aquisições de serviços, em 2019, e a sua comparação com o ano precedente.





3. Análise das Demonstrações Financeiras

3.1. Contas de Resultados

O resultado líquido do período, em base SNC-AP, foi de 68.993,83 euros, que compara com 242.244,59 euros do período anterior, ou seja, uma variação de -71,5%. Importa, contudo, sublinhar que o resultado líquido positivo do ano de 2018 foi influenciado positivamente pela redução de provisões para processos judiciais, no montante de 361.202,714 euros. Sem este feito, o resultado líquido do ano de 2018 teria sido negativo.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das principais rubricas de rendimentos e gastos do período e alguns indicadores económicos relevantes.

Quadro 16: Rendimentos e gastos de 2019 e 2018 e indicadores económicos

(montantes em milhares de euros)	2019	2018	Δ 2019 / 18	
			Absoluta	%
Impostos de taxas (propinas e taxas)	2.904	2.978	-74	-2,5%
Vendas e Prestações de serviços	271	270	1	0,4%
Transferências correntes e sub. expl. obtidos	17.430	16.690	740	4,4%
Custos das merc. Vend. e matérias consumidas	-45	-41	-4	11,1%
Fornecimentos e serviços externos	-1.416	-1.457	41	-2,8%
Gastos com pessoal	-18.470	-18.037	-434	2,4%
Transferências e subsídios concedidos	-436	-436	0	-0,1%
Imparidades (perdas/reversões)	-5	33	-38	-114,7%
Provisões (aumentos/reduções)	-8	316	-324	-102,4%
Outros rendimentos e gastos	593	476	117	24,7%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	819	794	25	3,1%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-747	-546	-201	36,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	71	248	-177	-71,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	-
Juros e gastos similares suportados	-2	-5	3	-61,0%
Resultados antes de impostos	69	242	-173	-71,5%
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	-
Resultados líquido do período	69	242	-173	-71,5%
Indicadores económicos				
EBITDA (1)	831	444	387	87,2%
Gastos com pessoal / (propinas + Vendas + Transf. correntes)	89,6%	90,5%		
Gasto médio por empregado (em milhares de euros)	42,0	40,9	1,1	2,8%
Número médio de empregados	440	442		
Número de empregados no final do ano	442	438		

(1) Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

O resultado líquido do período está influenciado positivamente pelo aumento das “Transferências correntes e sub. expl. obtidos”, que aumentaram 740 milhares de euros, ou seja, mais 4,4%, nomeadamente devido aos reforços obtidos para compensar os aumentos de despesas com o pessoal,



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

do reforço extraordinário de 156 milhares de euros, aplicado na amortização do empréstimo, e do reforço de 120 milhares de euros pela compensação da redução das propinas.

Do lado dos gastos, salientam-se os “Gastos com o pessoal”, que aumentaram 434 milhares de euros no ano, mais 2,4% do que no ano anterior, e os gastos com depreciações no ano, que aumentaram 177 milhares de euros, devido à retoma dos planos de depreciações de diversos bens que se encontravam suspensos, por deficiências de configuração na base de dados.

Apesar da redução dos resultados líquidos do período, verifica-se uma melhoria significativa do EBITDA, que aumentou 87,2%, o que evidencia, no geral, uma melhoria das condições económicas de exploração no ano de 2019, pois apesar do aumento dos gastos do exercício, em especial dos “Gastos com o Pessoal”, foi possível obter reforços de “Transferências correntes e sub. expl. obtidos”, que permitiram equilibrar o aumento dos referidos gastos.

3.2. Contas do Balanço

A estrutura do balanço manteve-se estável em 2019 face ao final de 2018, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 17: Estrutura do balanço de 2019 e 2018

(montantes em milhares de euros)	2019		2018		Δ 2019 / 18
	Quantia líquida	Peso %	Quantia líquida	Peso %	
Ativo não corrente	44.778	93,7%	45.469	94,6%	-1,5%
Ativos fixos tangíveis	43.880	91,8%	44.573	92,7%	-1,6%
Ativos intangíveis	5	0,0%	5	0,0%	-1,8%
Participações financeiras	893	1,9%	891	1,9%	0,2%
Ativo corrente	3.021	6,3%	2.615	5,4%	15,5%
Inventários	105	0,2%	110	0,2%	-4,8%
Devedores por transferências e subsídios	0	0,0%	4	0,0%	-100,0%
Clientes, contribuintes e utentes	1.576	3,3%	1.753	3,6%	-10,1%
Outras contas a receber	175	0,4%	201	0,4%	-12,9%
Diferimentos	63	0,1%	27	0,1%	128,6%
Caixa e depósitos	1.102	2,3%	519	1,1%	112,2%
Total do ativo	47.800	100,0%	48.083	100,0%	-0,6%
Património líquido	41.139	86,1%	41.685	86,7%	-1,3%
Passivo não corrente	1.499	3,1%	1.536	3,2%	-2,4%
Provisões	1.499	3,1%	1.536	3,2%	-2,4%
Passivo corrente	5.161	10,8%	4.863	10,1%	6,1%
Fornecedores	3	0,0%	6	0,0%	-51,7%
Estado e outros entes públicos	3	0,0%	3	0,0%	32,7%
Financiamentos obtidos	0	0,0%	150	0,3%	-100,0%
Fornecedores de investimentos	1	0,0%	0	0,0%	-
Outras contas a pagar	2.541	5,3%	2.509	5,2%	1,3%
Diferimentos	2.613	5,5%	2.195	4,6%	19,0%
Total património líquido e passivo	47.800	100,0%	48.083	100,0%	-0,6%



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

O ativo líquido ascendia a 47.800 milhares de euros, no final de 2019, uma redução ligeira de 0,6% face ao ano anterior.

Os grandes agregados do ativo líquido, ativo não corrente e ativo corrente, do passivo e do património líquido também se mantiveram relativamente estáveis, verificando-se, contudo, um ligeiro aumento do peso relativo do ativo corrente e do passivo corrente, principalmente em consequência do aumento dos saldos de caixa e depósitos decorrente do aumento do saldo de receitas consignadas a projetos e programas financiados pela União Europeia ou outras entidades públicas e privadas.

A principal rubrica do ativo líquido é composta pelos “Ativos fixos tangíveis”, que representa 91,8% do ativo líquido, e a seguir as dívidas de “Clientes, contribuintes e utentes”, que representa 3,3% do ativo líquido. Os saldos de “Caixa e depósitos” tiveram um aumento significativo, mas, conforme já referido anteriormente, a grande maioria destes saldos correspondem a verbas consignadas e por isso não disponíveis para a gestão corrente da UAç.

O saldo de “Clientes, contribuintes e utentes”, a 31/12/2019, é composto por:

- Clientes c/c: 27.085,99 euros;
- Utentes: 1.475.162,50 euros;
- Clientes de cobrança duvidosa: 66.028,36 euros, com imparidade acumulada de 100%;
- Utentes de cobrança duvidosa: 250.344,98 euros, com imparidade acumulada de 176.513,34 euros (70,5%).

No lado do passivo, as rubricas mais relevantes são as “Outras contas a pagar”, que representam 5,3% do passivo e património líquido, e correspondem, na sua quase totalidade, às remunerações de férias e subsídios de férias a pagar no ano seguinte (2.499.218,33 euros).

Por sua vez, os “Diferimentos”, que representam 5,5% do passivo e património líquido, correspondem a rendimentos a reconhecer no próximo ano relativos a propinas (1.597.971,76 euros), a receitas consignadas de projetos (814.776,24 euros) e à verba recebida da FGF, que se destina a suportar encargos futuros (200.000,00 euros).

O “Património líquido”, que representa 86,1% do balanço, teve uma evolução estável no exercício. A principal componente deste património líquido são os subsídios ao investimento que, no final de 2019, ascendiam a 33.691.234,22 euros. Estes subsídios são amortizados anualmente na mesma proporção das amortizações dos bens que financiaram, compensando-se nessa proporção o efeito de ambos nos resultados do ano.

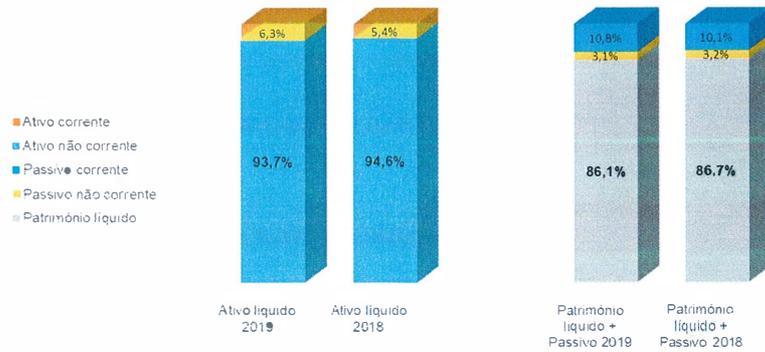
Estrutura de Capitais e de Financiamento

Na figura seguinte, apresenta-se uma análise da estrutura resumida do balanço, tomando em consideração apenas os grandes agregados.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Figura 8: Estrutura de capitais e de financiamento de 2019 e 2018



Esta estrutura de capitais, apesar de ter que ser interpretada com cautela tendo em consideração a natureza pública da UAç, revela uma insuficiência de capitais permanentes, para financiar a estrutura de ativos não correntes e uma pressão estrutural da tesouraria, sendo, em grande medida, o espelho da inexistência de saldos de gerência acumulados, que não estejam consignados.



4. Nota Final

Conforme decorre da análise apresentada no presente relatório, em 2019 a Universidade dos Açores manteve as suas contas equilibradas, mas tal resultou do diferimento para o ano de 2020, quer do planeado em termos de necessidades de pessoal, quer de projetos de investimento. Enquadram-se, neste contexto, os adiamentos (a) da contratação de pessoal docente para responder a exigências da A3ES, (b) dos concursos para promoção na carreira do pessoal docente, (c) da integração de trabalhadores com vínculo precário ao abrigo do PREVPAP, incluindo investigadores e não docentes e não investigadores, (d) da renovação do quadro técnico em áreas críticas para o funcionamento da instituição, (e) da renovação do parque informático, e (f) de importantes intervenções de recuperação e beneficiação de edifícios e infraestruturas, entre outros. Acresce que mesmo alguma da receita que se perspectivava poder ser aplicada para atenuar tais necessidades acabou por ser utilizada para fazer face a despesas decorrentes de alterações legislativas que não foram compensadas pelo Governo, como o exigia o Contrato para a Legislatura em 2016. Foi o caso, por exemplo, do pagamento de parte das valorizações remuneratórias. Deste modo, ficou gravemente prejudicado o desenvolvimento das competências e dos recursos pedagógicos e científicos necessários para a manutenção e melhoria da oferta letiva e da investigação em todos os polos da Universidade dos Açores, e adiada a capacitação da instituição para responder cabalmente às exigências crescentes que se colocam ao ensino superior.

É convicção do Conselho de Gestão que o desenvolvimento da Universidade dos Açores só pode ser garantido com a adequação do financiamento público às especificidades insulares e ultraperiféricas da Região onde se insere, e à natureza tripolar da sua organização. Foi, aliás, neste contexto, que as universidades dos Açores e da Madeira promoveram um estudo e apresentaram uma metodologia de cálculo em resposta ao disposto no artigo 72.º da Lei do Orçamento de Estado de 2019, intitulado “Compensação dos sobrecustos da insularidade para instituições públicas de ensino superior das regiões autónomas”. Este estudo, que calculou num mínimo de 5 milhões de euros o reforço orçamental anual necessário para fazer face a tais especificidades, foi apresentado ao Presidente da República, através dos seus representantes nas Regiões Autónomas, à Assembleia da República, onde foi discutido na respetiva comissão da especialidade, às Assembleias Legislativas Regionais, a todas as forças políticas com representação parlamentar e à comunidade em geral através de apresentações públicas em diferentes fóruns. Embora não tenha tido consequências práticas na atribuição do orçamento para 2020 aprovado na Assembleia da República, o trabalho realizado, cujos resultados nunca foram contestados, teve pelo menos a virtude de suscitar a atenção dos açorianos e madeirenses para uma realidade que os Governos não conseguem esconder: o investimento público do Estado no Ensino Superior é deficitário e substancialmente mais elevado no continente do que nas regiões insulares. Certamente por isso, no início deste ano o Ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, numa cimeira realizada em Ponta Delgada com o Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores e o Reitor da Universidade dos Açores, acordou em reforçar o orçamento da Academia num total de 1,2 milhões de



Anexos:

I - Demonstrações Financeiras Separadas

Balanço
Demonstração dos Resultados
Demonstração de Alterações no Património Líquido
Fluxos de Caixa
Anexo às Demonstrações Financeiras

II - Demonstrações Orçamentais

Demonstração do Desempenho Orçamental
Demonstração de Execução Orçamental da Receita
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos
Anexos às Demonstrações Orçamentais



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

I - Demonstrações Financeiras Separadas

Balanço

Demonstração dos Resultados

Demonstração de Alterações no Património Líquido

Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Junho de 2020

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' followed by a flourish and the initials 'Jglb.'.

BALANÇO

Entidade: UAc - Universidade dos Açores
 Balanço em 31 de dezembro de 2019

NIPC: 512 017 050
 Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	43.880.336,64	44.572.658,74
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	5.172,51	5.268,32
Participações financeiras	18	892.910,94	890.910,94
Outros ativos financeiros			
		44.778.420,09	45.468.838,00
Ativo corrente			
Inventários	10	104.755,66	110.078,85
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios	18		4.110,80
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18	1.576.080,13	1.752.518,77
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber	18,23	175.000,00	200.938,02
Diferimentos	23	62.826,30	27.487,94
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1,18	1.102.438,68	519.464,59
		3.021.100,77	2.614.598,97
Total do ativo		47.799.520,86	48.083.436,97
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital		6.901.376,80	6.901.376,80
Outros instrumento de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-7.802.225,40	-8.044.469,99
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		41.971.067,77	42.585.754,27
Resultado líquido do período		68.993,83	242.244,59
Interesses que não controlam			
Total património líquido		41.139.213,00	41.684.905,67
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1.499.154,54	1.535.595,16
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Outras contas a pagar			
		1.499.154,54	1.535.595,16
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores	18	2.842,68	5.891,11
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	3.456,56	2.603,99
Financiamentos obtidos	18		150.000,00
Fornecedores de investimentos	18	923,29	
Outras contas a pagar	18,23	2.541.182,79	2.509.043,92
Diferimentos	23	2.612.748,00	2.195.397,12
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		5.161.153,32	4.862.936,14
Total do passivo		6.660.307,86	6.398.531,30
Total património líquido e passivo		47.799.520,86	48.083.436,97

Ponta Delgada, 2 de junho de 2020

O Responsável pela elaboração: O Administrador
 Em 2 de junho de 2020



O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
 Em 2 de junho de 2020



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: UAc - Universidade dos Açores

NIPC: 512 017 050

Demonstração de resultados por natureza do período findo em 31 de dezembro de 2019

Euros

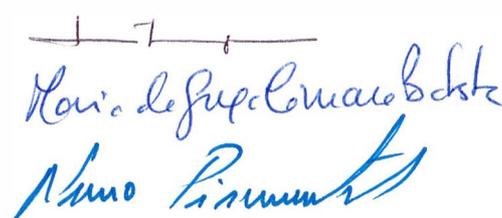
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Impostos de taxas	14	2.903.987,22	2.978.345,90
Vendas	13	23.191,43	22.016,40
Prestações de serviços	13	247.816,25	247.868,91
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	17.430.091,95	16.689.732,97
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-45.078,47	-40.589,90
Fornecimentos e serviços externos	23	-1.415.973,94	-1.456.551,02
Gastos com pessoal	23	-18.470.496,21	-18.036.901,33
Transferências e subsídios concedidos	23	-435.595,73	-435.856,30
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-4.929,95	8.455,97
Provisões (aumentos/reduções)	15	-7.750,37	316.469,19
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	18		25.000,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	639.090,67	544.140,68
Outros gastos e perdas	23	-45.827,48	-68.292,96
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros		818.525,37	793.838,51
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-747.454,23	-546.266,88
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		71.071,14	247.571,63
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	18	-2.077,31	-5.327,04
Resultados antes de impostos		68.993,83	242.244,59
Imposto sobre o rendimento			
Resultados líquido do período		68.993,83	242.244,59

Ponta Delgada, 2 de junho de 2020

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 2 de junho de 2020



O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 2 de junho de 2020



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Entidade: UAc - Universidade dos Açores
 Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018

NIPC: 512 017 050
 Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da casa-mãe						Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Património realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Reservas	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO A 1 de janeiro de 2018	(1)	6.901.376,80	-	(8.313.987,99)	-	43.101.126,05	269.518,00	-	41.958.032,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação do resultado líquido de 2017		-	-	269.518,00	-	-	(269.518,00)	-	-
Outras alterações reconhecidas no património Líquido	(2)	-	-	-	-	(515.371,78)	-	-	(515.371,78)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						242.244,59	-	242.244,59
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)						(27.273,41)	-	(27.273,41)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de património	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO A 31 de dezembro de 2018	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	6.901.376,80	-	(8.044.469,99)	-	42.585.754,27	242.244,59	-	41.684.905,67
POSIÇÃO A 1 de janeiro de 2019	(1)	6.901.376,80	-	(8.044.469,99)	-	42.585.754,27	242.244,59	-	41.684.905,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação do resultado líquido de 2018		-	-	242.244,59	-	-	(242.244,59)	-	-
Outras alterações reconhecidas no património Líquido	(2)	-	-	-	-	(614.686,50)	-	-	(614.686,50)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						242.244,59	-	(614.686,50)
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)						68.993,83	-	68.993,83
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							(173.250,76)	-	(173.250,76)
Realizações de património	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO A 31 de dezembro de 2019	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	6.901.376,80	-	(7.802.225,40)	-	41.971.067,77	68.993,83	-	41.139.213,00

Ponta Delgada, 2 de junho de 2020

O Responsável pela elaboração: O Administrador
 Em 2 de junho de 2020



O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
 Em 2 de junho de 2020



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: UAc - Universidade dos Açores
 Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019

NIPC: 512 017 050
 Euros

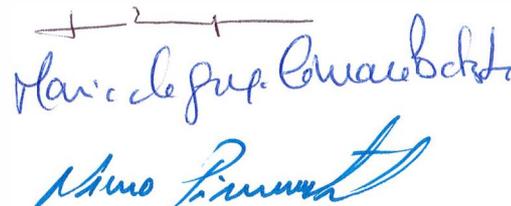
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		172.416,46	162.883,21
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes		2.920.168,98	3.102.443,93
Pagamentos a fornecedores		-1.512.654,15	-1.510.228,91
Pagamentos ao pessoal		-18.482.977,82	-18.038.151,26
Caixa gerada pelas operações		-16.903.046,53	-16.283.053,03
Outros recebimentos/pagamentos		17.699.507,77	16.734.947,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		796.461,24	451.894,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-53.619,46	-111.120,12
Ativos intangíveis		-1.230,00	
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		-2.000,00	
Outros ativos			
Recebimentos provenientes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades investimento (b)		-56.849,46	-111.120,12
Recebimentos provenientes a:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-150.000,00	-150.000,00
Juros e gastos similares		-6.637,69	-1.533,33
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades financiamento (c)		-156.637,69	-151.533,33
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		582.974,09	189.241,49
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		519.464,59	330.223,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.102.438,68	519.464,59
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		519.464,59	330.223,10
- Equivalentes a caixa no início do período		519.464,59	330.223,10
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		519.464,59	330.223,10
De execução orçamental		519.464,59	327.828,71
De operações de tesouraria			2.394,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.102.438,68	519.464,59
- Equivalentes a caixa no fim do período		1.102.438,68	519.464,59
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		1.102.438,68	519.464,59
De execução orçamental		1.102.438,68	519.464,59
De operações de tesouraria			

Ponta Delgada, 2 de junho de 2020

O Responsável pela elaboração: O Administrador
 Em 2 de junho de 2020



O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
 Em 2 de junho de 2020





UNIVERSIDADE DOS AÇORES

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018**

1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade

- a) Designação da entidade: UAc - Universidade dos Açores.
Contribuinte: 512017050.
- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada.
- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento.
118050200 – Plano.
- d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Universidade dos Açores (Entidade) foi fundada em 09 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

São órgãos de governo da Entidade:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de coordenação da Entidade:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

- Subsistema universitário:
 - Conselho Científico;
 - Conselho Pedagógico.
- Subsistema politécnico:
 - Conselho Técnico-Científico;
 - Conselho Pedagógico.

É órgão de consulta do Reitor o Conselho de Estratégia e Avaliação.

Em 31 de Dezembro de 2019, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitor (Presidente): João Luís Roque Baptista Gaspar;
- Vice-Reitor (Vogal): Maria da Graça Câmara Batista;
- Administrador (Vogal): Nuno Henrique Oliveira Pimentel.

A Entidade é empresa-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras não são consolidadas em outra entidade.

1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 2 de junho de 2020, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Os valores de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2019 incluem 1.014.776,24 euros relativos a receitas consignadas (450.732,09 euros a 31 de dezembro de 2018), cujo uso está condicionado aos fins específicos a que respeitam.

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

Conta	2019		2018	
Caixa		6.147,67		2.186,97
Depósitos à ordem		1.096.291,01		517.277,62
Depósitos à ordem no Tesouro	1.029.801,65		492.411,34	
Depósitos bancários à ordem	66.489,36		24.866,28	
Total de caixa e depósitos		1.102.438,68		519.464,59

Nos termos do n.º 5 do Artigo 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES), as aplicações financeiras da Entidade devem ser realizadas no Tesouro, salvo para um valor que não exceda 25 % do seu montante total, limite cumprido ao longo do exercício de 2019 e 2018.

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 - Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Conforme política contabilística adotada pela Entidade a partir de 1 de janeiro de 2018, e tendo em consideração a necessidade de aplicar procedimentos mais eficientes de contabilização e registo de bens móveis adquiridos, bem como do princípio da materialidade previsto no parágrafo 7.1 da Estrutura Conceptual do SNC-AP e dos critérios previstos na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, para a conta "437 Outros ativos fixos tangíveis" e "62 Fornecimentos e serviços externos":

- os bens móveis de vida útil inferior a um ano ou, mesmo que superior, que tenham um valor individual inferior a 100,00 euros, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos em gastos do exercício;
- os bens móveis de vida útil igual ou superior a um ano, que tenham um valor individual inferior a 1.000,00 euros e sem taxa definida no "Classificador Complementar 2", podem ser depreciados integralmente no próprio exercício, mediante análise casuística e autorização do órgão de gestão.

b) Imparidades de ativos

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Locações

A Entidade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciables e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.

d) Participações financeiras

As participações financeiras em entidades subsidiárias, em que a Entidade exerce o controlo, e em associadas, em que a Entidade tem influência significativa, são mensuradas pelo método do custo, uma vez que a Entidade apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

e) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.

(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.



k) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

l) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes, já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a Entidade tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

m) Especialização de gastos e rendimentos

A Entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

n) Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de liquidação de imposto sobre o rendimento.



o) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2019, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Como já mencionado, os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que sejam garantidos a nível do Orçamento de Estado, tendo em conta os atuais constrangimentos existentes.

2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e / ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 - Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

das demonstrações financeiras e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de exigência que estão associados e regulamentados; (ii) aos riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pela Entidade; e (iv) responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.

2.8 - Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2019 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - Ativos intangíveis

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era assim resumida:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

ATIVOS INTANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Programas de computador e sistemas de informação	1.571.829,26	1.566.560,94		5.268,32	1.573.059,26	1.567.886,75		5.172,51
Total	1.571.829,26	1.566.560,94		5.268,32	1.573.059,26	1.567.886,75		5.172,51



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Programas de computador e sistemas de informação	5.268,32	1.230,00					-1.325,81			5.172,51
Total	5.268,32	1.230,00					-1.325,81			5.172,51

Quadro 3.2A - Ativos intangíveis – Desagregação das adições

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão ou reestruturação	Outras	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Programas de computador e sistemas de informação		1.230,00								1.230,00
Total		1.230,00								1.230,00

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram diminuições, nem revalorizações de ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Entidade não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 resume-se como segue:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

ATIVOS TANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	8.279.833,55			8.279.833,55	8.279.833,55			8.279.833,55
Edifícios e outras construções	35.130.010,79	1.038.504,74		34.091.506,05	35.130.010,79	1.557.757,11		33.572.253,68
Equipamento básico	16.885.597,80	15.187.492,20		1.698.105,60	16.849.609,42	15.235.062,24		1.614.547,18
Equipamento de transporte	547.810,92	547.748,55		62,37	547.810,92	547.748,55		62,37
Equipamento administrativo	9.369.181,74	9.030.332,99		338.848,75	9.353.151,26	9.087.850,75		265.300,51
Outros	2.345.622,56	2.181.320,14		164.302,42	2.327.838,83	2.179.499,48		148.339,35
	72.558.057,36	27.985.398,62		44.572.658,74	72.488.254,77	28.607.918,13		43.880.336,64
Total	72.558.057,36	27.985.398,62		44.572.658,74	72.488.254,77	28.607.918,13		43.880.336,64



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram as seguintes variações:

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	8.279.833,55									8.279.833,55
Edifícios e outras construções	34.091.506,05						-519.252,37			33.572.253,68
Equipamento básico	1.698.105,60	12.305,94					-95.346,43		-517,93	1.614.547,18
Equipamento de transporte	62,37									62,37
Equipamento administrativo	338.848,75	32.285,05					-105.833,29			265.300,51
Outros	164.302,42	9.733,26					-25.696,33			148.339,35
	44.572.658,74	54.324,25					-746.128,42		-517,93	43.880.336,64
Total	44.572.658,74	54.324,25					-746.128,42		-517,93	43.880.336,64

Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis - Desagregação das Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessões	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros ativos fixos tangíveis											
Equipamento básico		12.305,94									12.305,94
Equipamento administrativo		32.285,05									32.285,05
Outros		9.733,26									9.733,26
		54.324,25									54.324,25
Total		54.324,25									54.324,25

O montante reconhecido como adições refere-se exclusivamente a aquisições de ativos fixos tangíveis e estão registados pelo preço de fatura.

Quadro 5.2 B - Ativos fixos tangíveis - Desagregação das Diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Outros ativos fixos tangíveis						
Equipamento básico					517,93	517,93
					517,93	517,93
Total					517,93	517,93

As diminuições no exercício referem-se a abates de diversos equipamentos fora de uso no valor bruto de 110.522,73 euros, totalmente depreciados, com exceção de dois bens que tinham um valor contabilístico



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

líquido de 517,93 euros, registado em Outros gastos. Adicionalmente, a Entidade transferiu para a sociedade participada Chegalvorada, Lda, através de um aumento de capital em espécie, bens no valor bruto de 39.404,11 euros, que também se encontravam totalmente depreciados.

As depreciações do período foram totalmente reconhecidas nos resultados do período.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Quadro 10.1 – Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	104.755,66		104.755,66
Total	104.755,66		104.755,66

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos no período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções nos inventários	Outros aumentos de inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	110.078,85	39.832,30	45.078,47				80,49	3,47	104.755,66
Total	110.078,85	39.832,30	45.078,47				80,49	3,47	104.755,66

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos resultados de 2019 foi de 45.078,47 euros (40.589,90 euros, em 2018).

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 têm a seguinte decomposição:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Tipo de rendimento	2019		2018	
Venda de bens	23.191,43	23.191,43	22.016,40	22.016,40
Prestações de Serviços				
Aluguer de instalações	40.151,55		15.452,20	
Ações de formação	30.899,85		42.089,60	
Parque de estacionamento	43.039,67		32.746,79	
Protocolos e acordos	46.375,27		101.654,27	
Outros serviços	87.349,91	247.816,25	55.926,05	247.868,91
Outros rendimentos e ganhos				
Reposições não abatidas aos pagamentos	3.384,37		1.829,98	
Imputação de subsídios e transferências	614.686,50		515.371,78	
Juros de mora obtidos	11.040,18		16.759,13	
Outros	9.979,62	639.090,67	10.179,79	544.140,68
Total rendimentos de transações com contraprestação		910.098,35		814.025,99

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento de 2018 reconhecido em	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património líquido
Propinas e taxas	2.895.134,72		1.895.109,59	1.725.507,48		2.966.809,65	
Multas e outra penalidades	8.852,50					11.536,25	
Subtotal	2.903.987,22		1.895.109,59	1.725.507,48		2.978.345,90	
Transferências sem condição	17.158.659,51					16.405.481,02	
Transferências com condição	271.432,44					192.990,35	
Subsídios sem condição						91.261,60	
Subsídios com condição							
Legados, ofertas e doações							
Subtotal	17.430.091,95					16.689.732,97	
Total rendimentos sem contraprestação	20.334.079,17		1.895.109,59	1.725.507,48		19.668.078,87	

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2019	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2018
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reduções	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	147.392,13									147.392,13
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	605.312,03	7.750,37		0,01	7.750,38	44.191,00			44.191,00	568.871,41
Outras provisões	782.891,00									782.891,00
Total	1.535.595,16	7.750,37		0,01	7.750,38	44.191,00			44.191,00	1.499.154,54

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2018	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2018
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reduções	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	508.594,65			0,19	0,19		361.202,71		361.202,71	147.392,13
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	602.774,09	44.733,52			44.733,52	42.195,58			42.195,58	605.312,03
Outras provisões	782.891,00									782.891,00
Total	1.894.259,74	44.733,52		0,19	44.733,71	42.195,58	361.202,71		403.398,29	1.535.595,16

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o exfluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pela Entidade, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1,0% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;
- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 01/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.

O efeito nos resultados das provisões foi de um gasto de 7.750,37 euros. No período anterior esse efeito produziu um rendimento de 316.469,19 euros.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2019 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos em 31 de dezembro de 2019 é de 367.230,12 euros (367.230,12 euros, em 31 de dezembro de 2018).

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2019 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho destes processos, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a estes processos é de 313.840,69 euros.

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 2 de junho de 2020 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2019.

Em 11 de março de 2020 foi declarado pela Organização Mundial de Saúde a situação de pandemia da doença COVID-19 provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, sendo ainda imprevisível o fim desta situação. A Entidade monitorizou desde o início a evolução desta crise sanitária, tendo preparado e posto em prática um Plano de Contingência com vista a aumentar as condições de proteção de todos os membros da comunidade académica e a continuidade da sua atividade com recurso ao ensino à distância e ao teletrabalho. A esta data, não é possível determinar a extensão e os impactos que esta situação possa ter nos meios financeiros necessários para a Entidade prosseguir a sua atividade, que dependem maioritariamente do Orçamento de Estado.

NOTA 18 - Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Instrumentos Financeiros	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa	6.147,67		6.147,67	2.186,97		2.186,97
Depósitos bancários	1.096.291,01		1.096.291,01	517.277,62		517.277,62
Subtotal	1.102.438,68		1.102.438,68	519.464,59		519.464,59
Ativos financeiros a o custo ou custo amortizado						
Participações financeiras - Custo						
Investimentos em entidades controladas	748.696,85		748.696,85	748.696,85		748.696,85
Investimentos noutras entidades	164.214,09	20.000,00	144.214,09	162.214,09	20.000,00	142.214,09
Devedores por transferências e subsídios				4.110,80		4.110,80
Clientes, contribuintes e utentes	1.576.080,13	242.541,70	1.333.538,43	2.015.130,52	262.611,75	1.752.518,77
Outras contas a receber	200.000,00	25.000,00	175.000,00	200.938,02		200.938,02
Subtotal	2.688.991,07	287.541,70	2.401.449,37	3.131.090,28	282.611,75	2.848.478,53
Total Ativos Financeiros	3.791.429,75	287.541,70	3.503.888,05	3.650.554,87	282.611,75	3.367.943,12
Passivos financeiros mensurados a o custo amortizado						
Passivo corrente						
Fornecedores	2.842,68		2.842,68	5.891,11		5.891,11
Estado e outros entes públicos	3.456,56		3.456,56	2.603,99		2.603,99
Financiamentos obtidos				150.000,00		150.000,00
Fornecedores de investimentos	923,29		923,29			
Outras contas a pagar	2.541.182,79		2.541.182,79	2.509.043,92		2.509.043,92
Subtotal	2.548.405,32		2.548.405,32	2.667.539,02		2.667.539,02
Total Passivos Financeiros	2.548.405,32		2.548.405,32	2.667.539,02		2.667.539,02

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes é essencialmente constituído pelas propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2019 / 2020, no montante de 1.475.162,50 euros (1.674.987 euros, em 2018). Os proveitos de propinas diferidos para o período subsequente, no montante de 1.597.971,76 euros em 31 de dezembro de 2019 (1.797.782 euros, em 2018), são reconhecidos em Diferimentos.

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes inclui os seguintes montantes de crédito em cobrança duvidosa, cujo movimento no período foi:

Clientes cobrança duvidosa	31.12.2019	Aumento	Redução	31.12.2018
Clientes	66.028,36	2.522,22	18.528,23	82.034,37
Utentes	250.344,98	86.861,64	56.639,69	220.123,03
Total	316.373,34	89.383,86	75.167,92	302.157,40

No ponto “2.3.2 – Propinas” do Relatório de Contas é apresentada uma análise detalhada sobre a evolução das propinas em dívida de anos letivos anteriores.

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas por análise agregada, tendo em consideração as taxas médias de recuperação históricas. Neste contexto, foram consideradas perdas por imparidade de 100% para dívidas remanescentes de propinas de anos letivos anteriores ao último ano letivo terminado, tendo em consideração as taxas reduzidas de recuperação dessas dívidas mais antigas. Para as dívidas do último ano letivo terminado foi considerada uma taxa de recuperação de 81,8% (79,8%, em 2018), igual à taxa média de recuperação acumulada que se verificou historicamente para as dívidas de anos letivos anteriores.

As perdas por imparidade em “Outras contas a receber”, no montante de 25.000,00 euros, referem-se ao saldo a receber da entidade Azores Parque, SA de igual montante, na sequência da decisão judicial de 2018 que anulou a participação financeira naquela entidade. Em 2019, a Azores Parque, SA entregou um Processo Especial de Revitalização no âmbito do qual a Entidade reclamou os seus créditos, contudo não é previsível que aquele montante seja recuperado, atendendo à situação financeira do devedor.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte nos períodos apresentados:

Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2019	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2019
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos em entidades controladas				
Investimentos noutras entidades	20.000,00			20.000,00
Clientes, contribuintes e utentes				
Clientes	82.034,37		16.006,01	66.028,36
Utentes	180.577,38		4.064,04	176.513,34
Outras contas a receber		25.000,00		25.000,00
Total Ativos Financeiros	282.611,75	25.000,00	20.070,05	287.541,70

Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2018	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2018
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos em entidades controladas				
Investimentos noutras entidades	45.000,00		25.000,00	20.000,00
Clientes, contribuintes e utentes				
Clientes	90.995,61		8.961,24	82.034,37
Utentes	180.072,11	505,27		180.577,38
Total Ativos Financeiros	316.067,72	505,27	33.961,24	282.611,75



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.

Em 2 de maio de 2019, a Entidade pagou a última prestação do empréstimo concedido pelo Estado Português em 28/6/2012, no montante de 2.750.000,00 euros, à taxa de 2,0%, no contexto da aprovação do plano de reequilíbrio financeiro da UAc. Esta prestação encontrava-se em atraso desde 15/5/2018 e o seu pagamento só foi possível na sequência da obtenção de uma transferência financeira extraordinária do Governo da República no montante de 156.000,00 euros. O pagamento da prestação compreendeu 150.000,00 euros de capital, 742,00 euros de juros contratuais e 5.895,69 euros de juros mora.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Outras contas a pagar contempla essencialmente a previsão para férias e subsídios de férias no montante de 2.499.218,33 euros (2.451.580 euros, em 2018), conforme detalhe apresentado em Outras Divulgações, no final do presente Anexo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os rendimentos e gastos de juros e similares de ativos e passivos financeiros eram os seguintes:

	2019	2018
Rendimentos de juros de ativos financeiros		
Clientes, contribuintes e utentes	-	-
Total de juros e rendimentos similares	-	-
Gastos de juros para passivos financeiros		
Financiamentos obtidos	2.077,31	5.327,04
Total de juros e gastos similares	2.077,31	5.327,04

Em 2019 a Entidade passou a classificar na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” os juros de mora obtidos de utentes por atraso de pagamento de propinas, anteriormente classificados em “Juros e rendimentos similares obtidos”. Também passou a classificar na rubrica de “Outros gastos e perdas” os gastos com serviços bancários, que incluem principalmente comissões multibanco e comissões de terminais de pagamento automático pelo recebimento de propinas, anteriormente classificados na rubrica de “Juros e gastos similares”. Para que os dados possam ser comparáveis, procedeu-se à reclassificação da informação retrospectiva de 2018. Nas Nota 13 e Nota 23 são divulgados os rendimentos com juros de mora obtidos e os gastos com serviços bancários, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou outras entidades são:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Entidades		31/12/2019					31/12/2018				
Denominação	Natureza da entidade	Valor nominal da participação	%	Quantia bruta	Imparidade	Quantia líquida	Valor nominal da participação	%	Quantia bruta	Imparidade	Quantia líquida
Investimentos em entidades controladas											
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	748.196,85	100,0%	748.196,85	-	748.196,85	748.196,85	100,0%	748.196,85	-	748.196,85
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	105.460,00	100,0%	500,00	-	500,00	70.460,00	100,0%	500,00	-	500,00
Subtotal		853.656,85		748.696,85	-	748.696,85	818.656,85		748.696,85	-	748.696,85
Investimentos em associadas											
Observatório Regional do Turismo	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	20.000,00	22,0%	20.000,00	20.000,00	-	20.000,00	22,0%	20.000,00	20.000,00	-
Subtotal		20.000,00		20.000,00	20.000,00	-	20.000,00		20.000,00	20.000,00	-
Investimentos noutras entidades											
INOVA	Pessoa Coletiva de Direito Privado	92.354,30	13,0%	92.354,30	-	92.354,30	92.354,30	13,0%	92.354,30	-	92.354,30
AUP – Associação das Universidades Portuguesas	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	49.859,79	3,3%	49.859,79	-	49.859,79	49.859,79	3,3%	49.859,79	-	49.859,79
Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores-ADFMA	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	2.000,00	15,4%	2.000,00	-	2.000,00	-	-	-	-	-
Subtotal		144.214,09		144.214,09	-	144.214,09	142.214,09		142.214,09	-	142.214,09
Total de Investimentos financeiros		1.017.870,94		912.910,94	20.000,00	892.910,94	980.870,94		910.910,94	20.000,00	890.910,94

Em 2019 a Entidade efetuou um aumento de capital em espécie na sociedade participada Chegalvorada, Lda através da transferência de bens inicialmente registados pelo valor bruto de 39.404,11 euros, mas que se encontravam totalmente depreciados. Apesar deste conjunto de bens ter sido avaliado por 35.000,00 euros, montante pelo qual foi realizado o aumento de capital, a quantia líquida escriturada da participação manteve-se inalterada, de acordo com a política contabilística adotada pela Entidade de registar as participações financeiras ao custo. A restante diferença entre o valor nominal da participação na sociedade Chegalvorada, Lda e a quantia líquida escriturada nas contas separadas da Entidade, no montante de 69.960,00 euros, corresponde a um aumento de capital realizado em 2013 através de bens com valor contabilístico nulo à data.

Em 10 de dezembro de 2019 teve lugar a Assembleia Geral da AUP – Associação das Universidades Portuguesas, na qual foi deliberada a dissolução e liquidação da Associação, com efeitos imediatos, entrando em funções uma Comissão Liquidatária designada para o efeito, sendo expectável a recuperação da totalidade do investimento financeiro efetuado naquela associação.

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A Entidade está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo da República Portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade tinha o controlo sobre as seguintes entidades:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Denominação	Natureza da entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAc	Serviço da UAc com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo

As transações que ocorreram nos exercícios de 2019 e 2018, por natureza de partes relacionadas, foram:

Transações	31.12.2019				31.12.2018			
	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de ativos	Prestações de serviços	Outros	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de ativos	Prestações de serviços	Outros
Entidades controladas	-	-	19.653,13	345.912,00	-	-	25.955,03	124.009,00
Pessoas-chave da gestão	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Transações entre partes relacionadas	-	-	19.653,13	345.912,00	-	-	25.955,03	124.009,00

Em 31 de dezembro de 2019 as pessoas-chave da gestão e membros próximos da família apresentavam os seguintes saldos:

Cargo	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos
Pessoas-chave da gestão (*)	7	473.613,43	-	-	-
Membros próximos da família	1	52.387,91	-	-	-

(*) Reitor, Vice-Reitores, Administrador e Fiscal Único

NOTA 21 - Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAc. De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006 na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

NOTA 23 – Outras Divulgações

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica de Outras contas a receber era constituída por:

Outras Contas a receber	31/12/2019			31/12/2018
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia líquida
Reposições de vencimentos	-	-	-	938,02
GRA - apoio tripolaridade	175.000,00	-	175.000,00	175.000,00
Azores Parque - Soc. Desenv. Gest. Parq.	25.000,00	25.000,00	-	25.000,00
Total	200.000,00	25.000,00	175.000,00	200.938,02

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica de Outras contas a pagar era constituída por:

Outras contas a pagar	31.12.2019	31.12.2018
Especialização de férias e subsídio de férias	2.499.218,33	2.451.580,35
Juros a liquidar	-	4.560,38
Outros acréscimos de gastos	41.964,46	52.903,19
Total	2.541.182,79	2.509.043,92

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica de Diferimentos do ativo e do passivo eram constituídas por:

Diferimentos (ativo)	31.12.2019	31.12.2018
Outros gastos a reconhecer	62.826,30	27.487,94
Total	62.826,30	27.487,94



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Diferimentos (passivo)	31.12.2019	31.12.2018
Propinas	1.597.971,76	1.797.981,78
Academia do Conhecimento	13.407,58	
AD4MAC	2.468,10	
American Coner	44.999,35	23.193,36
Apoio à Inovação e Empreendedorismo	4.353,81	
Aquainvest	1.730,57	
Bolsas de mobilidade - Edição 2017/2019 - contrato 2017-1-PT01-KA103-035276	24.856,82	17.399,08
Bolsas de mobilidade - Edição 2018/2020 - contrato 2018-1-PT01-KA103-046781	42.646,28	82.142,00
Bolsas de mobilidade - contrato 2019-1-PT01-KA103-060093	93.506,50	
Bolsas de mobilidade - Edição Atlantic Madeira - contrato 2018-1-PT01-KA103-046987	34.075,56	63.445,22
Bolsas de mobilidade - OutCome - contrato 2015-1-PT01-KA103-012463	15.172,64	2.493,45
Bolsas de mobilidade - OutCome - contrato 2016-1-PT01-KA103-022445	13.013,36	8.439,74
Bolsas Santander	53.838,74	23.540,58
Convénios Câmara Municipais	10.000,00	
Cuarentagri	506,02	
Ecofibras	33.479,89	36.222,53
Ecomarport	4.794,49	6.024,80
Ecoplakaging	32.440,00	
Erasmus - Acores - 2015-1-PT01-KA103-012519		1.416,78
Erasmus - Acores - 2016-PT01-KA103-022313	17.967,73	7.607,54
Erasmus+ 2019-1-PT01-KA103-060099	146.569,50	
Estudo sobre o Cancro dos Açores	3.973,20	
Forward	110.704,29	
Heatstore - Geothermica Era-Net	18.603,91	35.175,12
Idiverse -2017 -1-PT01-KA201-035919	6.799,79	
Inv2Mac	2.468,04	
MacBioBlue	28.394,13	22.460,07
MacBioPest	1.846,16	
Macflor2	630,72	
Mimar+	738,29	
PerveMac II	9.499,39	21.064,54
Projeto RoboACT - Robots in Action		1.656,55
Rebecca	31.662,58	24.148,56
Rebeca - CCT	1.983,02	
Verochar	778,32	
Volriskmac	5.434,60	5.434,60
Volriskmac II	1.432,86	
Outros Rendimentos	200.000,00	
Total	2.612.748,00	2.179.846,30

Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:

Gastos com o pessoal	31.12.2019	31.12.2018
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		
Remunerações certas e permanentes	473.613,43	457.577,38
Abonos variáveis ou eventuais	1.895,05	1.304,59
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes	14.366.046,93	14.159.089,83
Abonos variáveis ou eventuais	118.626,49	16.767,74
Indemnizações	19.962,06	8.849,50
Encargos sobre remunerações		
Caixa Geral de Aposentações	3.127.090,56	3.099.687,91
Segurança Social	308.594,64	251.387,57
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.703,72	5.996,23
Outros gastos com o pessoal	3.461,91	460,95
Outros encargos sociais	47.501,42	35.779,63
Total	18.470.496,21	18.036.901,33



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica de Fornecimentos e serviços externos decompunha-se como se segue:

Fornecimentos e serviços externos	31.12.2019	31.12.2018
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	77.392,86	84.909,49
Publicidade, comunicação e imagem	17.554,85	30.441,33
Vigilância e segurança	126.849,48	110.521,92
Honorários	252.001,05	305.118,41
Conservação e reparação	110.515,65	93.679,08
Outros serviços especializados	1.878,94	-
Materiais de consumo		
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.975,53	3.452,48
Livros e documentação técnica	1.471,30	391,98
Material de escritório	12.110,62	10.919,40
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	27.857,73	7.208,56
Material de educação, cultura e recreio	-	715,57
Produtos químicos e de laboratórios	29.077,37	15.097,43
Outros materiais	35.402,51	50.484,70
Energia e fluídos		
Eletricidade	322.905,52	352.901,00
Combustíveis e lubrificantes	6.837,73	6.058,54
Água	53.423,93	58.913,36
Outros	1.045,54	259,05
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	83.346,36	83.919,71
Transporte de mercadorias e outros bens	85,73	210,06
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	137,40	97,40
Comunicação	21.226,87	19.586,48
Seguros	7.024,29	9.924,42
Contencioso e notariado	-	184,95
Limpeza, higiene e conforto	1.112,40	920,68
Outros serviços	219.740,28	210.635,02
Total	1.415.973,94	1.456.551,02

Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica de Transferências e subsídios concedidos decompunha-se como se segue:

Transferências e subsídios concedidos	31.12.2019	31.12.2018
Transferências correntes concedidas		
Outras entidades públicas (SASE)	145.912,00	123.611,00
Setor privado:		
Famílias	289.683,73	312.245,30
Total	435.595,73	435.856,30



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica de Outros gastos e perdas decompunha-se como se segue:

Outros gastos e perdas	31.12.2019	31.12.2018
Perdas em inventários	80,49	35,56
Gastos em investimentos não financeiros		
Abates	517,93	-
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	19.228,55	26.746,56
Quotizações	11.300,00	13.858,46
Serviços bancários	14.700,51	27.652,38
Total	45.827,48	68.292,96



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

II - Demonstrações Orçamentais

Demonstração do Desempenho Orçamental
Demonstração de Execução Orçamental da Receita
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
Anexos às Demonstrações Orçamentais

Junho de 2020

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Entidade: UAc - Universidade dos Açores
 Demonstração do desempenho orçamental em 31 de dezembro de 2019

NPC: 512.017.050
 Euros

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2019)						2018	RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2019)						2018		
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL			RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL			
Saldo de gerência anterior	144.267,20	42.439,85	332.757,54			519.464,59	330.223,10										
Operações orçamentais [1]	144.267,20	42.439,85	332.757,54			519.464,59	327.828,71										
Restituição do saldo operações orçamentais																	
Operações de tesouraria [A]							2.394,39										
Receita corrente	3.944.878,89	16.549.324,00	613.590,59			21.107.793,48	20.483.464,73	Despesa corrente	3.426.787,71	16.713.309,00	333.218,59				20.473.315,30	20.037.403,94	
R1 Receita fiscal								D1 Despesas com o pessoal	1.772.280,42	16.713.309,00					18.485.589,42	18.041.104,45	
R11 Impostos diretos								D11 Remunerações certas e permanentes		14.837.379,28					14.837.379,28	14.606.500,27	
R12 Impostos indiretos								D12 Abonos variáveis ou eventuais	10.908,59	129.575,01					140.483,60	22.791,83	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde								D13 Segurança Social	1.761.371,83	1.746.354,71					3.507.726,54	3.411.812,35	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2.893.367,58					2.893.367,58	3.077.339,56	D2 Aquisição de bens e serviços	1.436.774,41		56.991,86				1.493.766,27	1.483.485,78	
R4 Rendimentos de propriedade	4.384,56					4.384,56	4.384,56	D3 Juros e outros encargos		6.637,69					6.637,69	1.533,33	
R5 Transferências e subsídios correntes	735.656,66	16.549.324,00	613.261,19			17.898.241,85	17.132.385,43	D4 Transferências e subsídios correntes	170.812,00		264.783,73				435.595,73	435.376,16	
R51 Transferências correntes	735.656,66	16.549.324,00	613.261,19			17.898.241,85	17.132.385,43	D41 Transferências correntes	170.812,00		264.783,73				435.595,73	435.376,16	
R511 Administrações Públicas	614.738,07	16.549.324,00				16.164.062,07	16.580.481,02	D411 Administrações Públicas	145.912,00						145.912,00	123.611,00	
R5111 Administração Central - Estado		16.519.074,00				16.519.074,00	15.945.905,00	D4111 Administração Central - Estado									
R5112 Administração Central - Outras entidades	200.000,00	30.250,00				230.250,00	41.886,00	D4112 Administração Central - Outras entidades	145.912,00						145.912,00	123.611,00	
R5113 Segurança Social								D4113 Segurança Social									
R5114 Administração Regional	394.038,07					394.038,07	577.740,02	D4114 Administração Regional									
R5115 Administração Local	20.700,00					20.700,00	14.950,00	D4115 Administração Local									
R512 Exterior - UE			613.261,19			613.261,19	436.034,16	D412 Entidades do setor não lucrativo									
R513 Outras	120.918,59					120.918,59	115.870,25	D413 Famílias	24.900,00		264.783,73				289.683,73	311.765,16	
R52 Subsídios correntes								D414 Outras									
R6 Venda de bens e serviços	292.608,84					292.608,84	243.941,93	D42 Subsídios correntes			11.443,00				51.726,19	75.904,22	
R7 Outras receitas correntes	18.861,25		329,40			19.190,65	25.413,25	D5 Outras despesas correntes	40.283,19								
Receita de capital		151.961,00				151.961,00		Despesa de capital	54.025,26		824,20			54.849,46	256.254,89		
R8 Venda de bens de investimento								D6 Aquisição de bens de capital	54.025,26		824,20				54.849,46	106.254,89	
R9 Transferências de capital		151.961,00				151.961,00		D7 Transferências e subsídios de capital									
R91 Transferências e subsídios de capital		151.961,00				151.961,00		D71 Transferências de capital									
R911 Administrações Públicas		151.961,00				151.961,00		D711 Administrações Públicas									
R9111 Administração Central - Estado								D7111 Administração Central - Estado									
R9112 Administração Central - Outras entidades		151.961,00				151.961,00		D7112 Administração Central - Outras entidades									
R9113 Segurança Social								D7113 Segurança Social									
R9114 Administração Regional								D7114 Administração Regional									
R9115 Administração Local								D7115 Administração Local									
R912 Exterior - UE								D712 Entidades do setor não lucrativo									
R913 Outras								D713 Famílias									
R92 Subsídios de capital								D714 Outras									
R10 Outras receitas de capital								D72 Subsídios de capital									
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	3.384,37					3.384,37	1.829,98	D8 Outras despesas de capital									
Receita efetiva [2]	3.948.263,26	16.701.285,00	613.590,59			21.263.138,85	20.485.294,71	Despesa efetiva [5]	3.480.812,97	16.713.309,00	334.042,79				20.528.164,76	20.293.658,83	
Receita não efetiva [3]								Despesa não efetiva [6]	152.000,00						152.000,00		
R12 Receita com ativos financeiros								D09 Despesa com ativos financeiros	2.000,00						2.000,00		
R13 Receita com passivos financeiros								D10 Despesa com passivos financeiros	150.000,00						150.000,00	150.000,00	
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	4.092.530,46	16.743.724,85	946.348,13			21.782.603,44	20.813.123,42	Soma [7]=[5]+[6]	3.632.812,97	16.713.309,00	334.042,79				20.680.164,76		
Operações de tesouraria [B]						25.703,42	25.703,42	Operações de tesouraria [C]						25.703,42	15.585,92		
RP - Receitas próprias RG - Receitas gerais UE - Financiamento da UE EMPR - Contração de empréstimos FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria								Saldo para a gerência seguinte	459.717,49	30.415,85	612.305,34			1.102.438,68			
								Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	459.717,49	30.415,85	612.305,34			1.102.438,68			
								Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]									
								Saldo global [2] - [5]	467.450,29	-12.024,00	279.547,80			734.974,09	191.635,88		
								Despesa primária	3.474.175,28	16.713.309,00	334.042,79			20.521.527,07	20.292.125,50		
								Saldo corrente	518.091,18	-163.985,00	280.372,00			634.478,18	446.060,79		
								Saldo de capital	-54.025,26	151.961,00	-824,20			97.111,54	-256.254,89		
								Saldo primário	474.067,98	-12.024,00	279.547,80			741.611,78	193.169,21		
								Receita total [1] + [2] + [3]	4.092.530,46	16.743.724,85	946.348,13			21.782.603,44	20.813.123,42		
								Despesa total [5] + [6]	3.632.812,97	16.713.309,00	334.042,79			20.680.164,76	20.293.658,83		

Ponta Delgada, 2 de junho de 2020

O Responsável pela elaboração: O Administrador
 Em 2 de junho de 2020

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
 Em 2 de junho de 2020




DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Entidade: UAc - Universidade dos Açores
 Demonstração de execução orçamental da receita do período findo em 31 de dezembro de 2019

NIPC: 512 017 050
 Euros

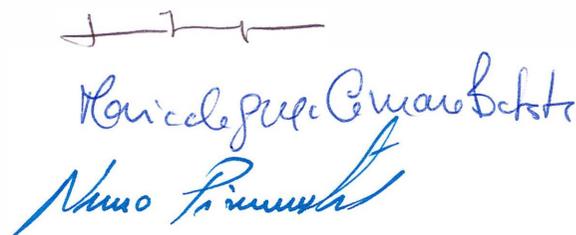
RUBRICA	DESCRIÇÃO	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (%)	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(11)*100	Período corrente (13)=(9)/(11)*100
	Receita corrente	22.122.900,00	125.069,75	21.103.719,00	27.880,92	21.114.316,17	6.522,69	6.522,69	56.809,97	21.050.983,51	21.107.793,48	93.114,35	0,26	95,15
R1	Receita fiscal													
R11	Impostos diretos													
R12	Impostos indiretos													
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde													
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3.186.342,00	5.352,99	2.896.000,47	4.806,02	2.897.693,60	4.326,02	4.326,02	3.305,45	2.890.062,13	2.893.367,58	3.179,86	0,10	90,70
R4	Rendimentos de propriedade	4.385,00		4.384,56		4.384,56				4.384,56	4.384,56			99,99
R5	Transferências e subsídios correntes	17.970.879,00	1.045,50	17.899.741,85	1.500,00	17.898.241,85				17.898.241,85	17.898.241,85	1.045,50		99,60
R51	Transferências correntes	17.970.879,00	1.045,50	17.899.741,85	1.500,00	17.898.241,85				17.898.241,85	17.898.241,85	1.045,50		99,60
R511	Administrações Públicas	17.201.611,00		17.164.062,07		17.164.062,07				17.164.062,07	17.164.062,07			99,78
R5111	Administração Central - Estado	16.519.074,00		16.519.074,00		16.519.074,00				16.519.074,00	16.519.074,00			100,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	257.798,00		230.250,00		230.250,00				230.250,00	230.250,00			89,31
R5113	Segurança Social													
R5114	Administração Regional	394.039,00		394.038,07		394.038,07				394.038,07	394.038,07			100,00
R5115	Administração Local	30.700,00		20.700,00		20.700,00				20.700,00	20.700,00			67,43
R512	Exterior - UE	613.262,00		613.261,19		613.261,19				613.261,19	613.261,19			100,00
R513	Outras	156.006,00	1.045,50	122.418,59	1.500,00	120.918,59				120.918,59	120.918,59	1.045,50		77,51
R52	Subsídios correntes													
R6	Venda de bens e serviços	301.371,00	117.489,24	284.401,47	20.636,88	294.805,51	2.196,67	2.196,67	53.504,52	239.104,32	292.608,84	88.644,99	17,75	79,34
R7	Outras receitas correntes	659.923,00	1.182,02	19.190,65	938,02	19.190,65				19.190,65	19.190,65	244,00		2,91
	Receita de capital	674.815,00	25.000,00	674.809,96		674.809,96				674.809,96	674.809,96	25.000,00		100,00
R8	Venda de bens de investimento													
R9	Transferências de capital	151.962,00		151.961,00		151.961,00				151.961,00	151.961,00			100,00
R91	Transferências e subsídios de capital	151.962,00		151.961,00		151.961,00				151.961,00	151.961,00			100,00
R911	Administrações Públicas	151.962,00		151.961,00		151.961,00				151.961,00	151.961,00			100,00
R9111	Administração Central - Estado													
R9112	Administração Central - Outras entidades	151.962,00		151.961,00		151.961,00				151.961,00	151.961,00			100,00
R9113	Segurança Social													
R9114	Administração Regional													
R9115	Administração Local													
R912	Exterior - UE													
R913	Outras													
R92	Subsídios de capital													
R10	Outras receitas de capital													
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	3.385,00	25.000,00	3.384,37		3.384,37				3.384,37	3.384,37	25.000,00		99,98
R12	Receita com ativos financeiros													
R13	Receita com passivos financeiros													
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	519.468,00		519.464,59		519.464,59				519.464,59	519.464,59			100,00
		22.797.715,00	150.069,75	21.778.528,96	27.880,92	21.789.126,13	6.522,69	6.522,69	56.809,97	21.725.793,47	21.782.603,44	118.114,35	0,25	95,30

Ponta Delgada, 2 de junho de 2020

O Responsável pela elaboração: O Administrador
 Em 2 de junho de 2020



O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
 Em 2 de junho de 2020



DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Entidade: UAc - Universidade dos Açores

NIPC: 512 017 050

Demonstração de execução orçamental da despesa do período findo em 31 de dezembro de 2019

Euros

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental (%)	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)			(4)	(5)
	Despesa corrente	5.891,11	22.564.814,00		21.328.105,22	20.477.081,27	5.891,11	20.467.424,19	20.473.315,30	851.023,95	3.765,97	0,03	90,71
D1	Despesas com o pessoal		19.644.928,00		18.547.107,37	18.485.589,42		18.485.589,42	18.485.589,42	61.517,95			94,10
D11	Remunerações certas e permanentes		14.939.336,00		14.837.379,28	14.837.379,28		14.837.379,28	14.837.379,28				99,32
D12	Abonos variáveis ou eventuais		146.297,00		140.483,60	140.483,60		140.483,60	140.483,60				96,03
D13	Segurança Social		4.559.295,00		3.569.244,49	3.507.726,54		3.507.726,54	3.507.726,54	61.517,95			76,94
D2	Aquisição de bens e serviços	5.891,11	1.926.666,00		1.795.061,28	1.497.532,24	5.891,11	1.487.875,16	1.493.766,27	297.529,04	3.765,97	0,31	77,23
D3	Juros e outros encargos		6.638,00		6.637,69	6.637,69		6.637,69	6.637,69				100,00
D4	Transferências e subsídios correntes		929.226,00		927.572,69	435.595,73		435.595,73	435.595,73	491.976,96			46,88
D41	Transferências correntes		929.226,00		927.572,69	435.595,73		435.595,73	435.595,73	491.976,96			46,88
D411	Administrações Públicas		145.912,00		145.912,00	145.912,00		145.912,00	145.912,00				100,00
D4111	Administração Central - Estado Português												
D4112	Administração Central - Outras entidades		145.912,00		145.912,00	145.912,00		145.912,00	145.912,00				100,00
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração regional												
D4115	Administração local												
D412	Entidades do setor não lucrativo												
D413	Famílias		783.314,00		781.660,69	289.683,73		289.683,73	289.683,73	491.976,96			36,98
D414	Outras												
D42	Subsídios Correntes												
D5	Outras despesas correntes		57.356,00		51.726,19	51.726,19		51.726,19	51.726,19				90,18
D6	Despesa de capital		232.901,00		230.644,76	206.849,46		206.849,46	206.849,46	23.795,30			88,81
D6	Aquisição de bens de capital		80.901,00		78.644,76	54.849,46		54.849,46	54.849,46	23.795,30			67,80
D7	Transferência e subsídios de capital												
D71	Transferências de capital												
D711	Administrações Públicas												
D7111	Administração Central - Estado Português												
D7112	Administração Central - Outras entidades												
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração regional												
D7115	Administração local												
D712	Entidades do setor não lucrativo												
D713	Famílias												
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital												
D9	Despesa com ativos financeiros		2.000,00		2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00				100,00
D10	Despesa com passivos financeiros		150.000,00		150.000,00	150.000,00		150.000,00	150.000,00				100,00
Total		5.891,11	22.797.715,00		21.558.749,98	20.683.930,73	5.891,11	20.674.273,65	20.680.164,76	874.819,25	3.765,97	0,03	90,69

Ponta Delgada, 2 de junho de 2020

O Responsável pela elaboração: O Administrador
Em 2 de junho de 2020

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
Em 2 de junho de 2020

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Entidade: UAc - Universidade dos Açores
 Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos do período findo em 31 de dezembro de 2019

NIPC: 512 017 050
 Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)	
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano 2019	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano 2019	Total			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)	(16)	(17)=(15)+(16)	(18)=(16)/(12)	(19)=(17)/(14)	
Total									Total										

Ponta Delgada, 2 de junho de 2020

O Responsável pela elaboração: O Administrador
 Em 2 de junho de 2020

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão
 Em 2 de junho de 2020






UNIVERSIDADE DOS AÇORES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 (NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental).

As demonstrações orçamentais visam a divulgação de informação verdadeira e apropriada sobre a execução orçamental, o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente.

As presentes demonstrações orçamentais referem-se ao período de 1/1/2019 a 31/12/2019 e estão apresentadas em euros.

Segundo a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais prevista na NCP 26.

1 - Alterações orçamentais da receita

As alterações orçamentais na receita, que ocorreram em 2019, resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no total de 519.468 euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);
- receitas de projetos não previstas em orçamento, no total de 397.995 euros;
- reforços orçamentais obtidos do Ministério da Ciência e Ensino Superior, nos montantes de:
 - 156.000 euros, aplicado no pagamento da última prestação do empréstimo concedido pelo Estado Português em 28/6/2012;
 - 120.110 euros, para compensação da redução do valor das propinas determinado pelo Orçamento de Estado para 2019;
 - 147.702 euros, para compensação do acréscimo de despesas com o pagamento do subsídio de insularidade determinado pelo Orçamento de Estado para 2019;
 - 42.063 euros, da libertação das verbas retidas no fundo comum previsto no contrato entre o Governo e as Universidades públicas portuguesas na anterior legislatura terminada em 2019;



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

- financiamento da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para a contratação de investigadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016, no total de 151.962 euros;
- apoio financeiro concedido pela Fundação Gaspar Frutuoso, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado em 30/12/2019, para apoio ao recrutamento / promoção de docentes da carreira universitária, no montante de 200.000 euros;
- outras receitas não previstas em orçamento, no total de 547 euros.

O quadro seguinte apresentada as alterações orçamentais da receita do período findo em 31 de dezembro de 2019, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Tipo	Receita				Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais		Previsões iniciais	
(1)	(2)	(3)	Inscrições / Reforços (4)	Diminuições / Anulações (5)	Créditos Especiais (6)	(7)	
	Receita corrente		21.211.995,00	571.441,00	259.078,00	598.542,00	22.122.900,00
R1	Receita fiscal						
R11	Impostos diretos						
R12	Impostos indiretos						
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3.186.342,00	49.438,00	49.438,00			3.186.342,00
R4	Rendimentos de propriedade	4.385,00					4.385,00
R5	Transferências e subsídios correntes	16.944.218,00	468.326,00	1.000,00	559.335,00		17.970.879,00
R51	Transferências correntes	16.944.218,00	468.326,00	1.000,00	559.335,00		17.970.879,00
R511	Administrações Públicas	16.521.697,00	465.875,00		214.039,00		17.201.611,00
R5111	Administração Central - Estado Português	16.053.199,00	465.875,00				16.519.074,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	57.798,00			200.000,00		257.798,00
R5113	Segurança Social						
R5114	Administração Regional	390.000,00			4.039,00		394.039,00
R5115	Administração Local	20.700,00			10.000,00		30.700,00
R512	Exterior - UE	298.676,00			314.586,00		613.262,00
R513	Outras	123.845,00	2.451,00	1.000,00	30.710,00		156.006,00
R52	Subsídios Correntes						
R6	Venda de bens e serviços	230.565,00	53.677,00	21.748,00	38.877,00		301.371,00
R7	Outras receitas correntes	846.485,00		186.892,00	330,00		659.923,00
	Receita de capital		1.835,00	305.474,00	151.962,00	519.468,00	674.815,00
R8	Venda de bens de investimento						
R9	Transferências e subsídios de capital						
R91	Transferências de capital		303.924,00	151.962,00			151.962,00
R911	Administrações Públicas		303.924,00	151.962,00			151.962,00
R9111	Administração Central - Estado Português						
R9112	Administração Central - Outras entidades		303.924,00	151.962,00			151.962,00
R9113	Segurança Social						
R9114	Administração Regional						
R9115	Administração Local						
R912	Exterior - UE						
R913	Outras						
R92	Subsídios de capital						
R10	Outras receitas de capital						
R11	Reposição não abaidas aos pagamentos	1.835,00	1.550,00				3.385,00
R12	Receita com ativos financeiros						
R13	Receita com passivos financeiros						
R14	Saldo da gerência anterior - Operações orçamentais				519.468,00		519.468,00
	Total	21.213.830,00	876.915,00	411.040,00	1.118.010,00		22.797.715,00



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

2 - Alterações orçamentais da despesa

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da despesa do período findo em 31 de dezembro de 2019, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			
				Inscrições / Reforços (4)	Diminuições / Anulações (5)	Créditos Especiais (6)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
	Despesa corrente	21.156.079,00	2.362.710,00	2.054.285,00	1.100.310,00	22.564.814,00	
D1	Despesas com o pessoal	19.042.122,00	1.832.972,00	1.633.322,00	403.156,00	19.644.928,00	
D11	Remunerações certas e permanentes	15.461.862,00	246.364,00	768.890,00		14.939.336,00	
D12	Abonos variáveis ou eventuais	20.993,00	169.728,00	44.424,00		146.297,00	
D13	Segurança Social	3.559.267,00	1.416.880,00	820.008,00	403.156,00	4.559.295,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	1.619.176,00	461.218,00	385.898,00	232.170,00	1.926.666,00	
D3	Juros e outros encargos		6.638,00			6.638,00	
D4	Transferências e subsídios correntes	446.816,00	35.572,00	18.146,00	464.984,00	929.226,00	
D41	Transferências correntes	446.816,00	35.572,00	18.146,00	464.984,00	929.226,00	
D411	Administrações Públicas	120.000,00	25.912,00			145.912,00	
D4111	Administração Central - Estado Português						
D4112	Administração Central - Outras entidades	120.000,00	25.912,00			145.912,00	
D4113	Segurança Social						
D4114	Administração regional						
D4115	Administração local						
D412	Entidades do setor não lucrativo						
D413	Famílias	326.816,00	9.660,00	18.146,00	464.984,00	783.314,00	
D414	Outras						
D42	Subsídios Correntes						
D5	Outras despesas correntes	47.965,00	26.310,00	16.919,00		57.356,00	
	Despesa de capital	57.751,00	178.507,00	21.057,00	17.700,00	232.901,00	
D6	Aquisição de bens de capital	57.751,00	26.507,00	21.057,00	17.700,00	80.901,00	
D7	Transferência e subsídios de capital						
D71	Transferências de capital						
D711	Administrações Públicas						
D7111	Administração Central - Estado Português						
D7112	Administração Central - Outras entidades						
D7113	Segurança Social						
D7114	Administração regional						
D7115	Administração local						
D712	Entidades do setor não lucrativo						
D713	Famílias						
D714	Outras						
D72	Subsídios de capital						
D8	Outras despesas de capital						
D9	Despesa com ativos financeiros		2.000,00			2.000,00	
D10	Despesa com passivos financeiros		150.000,00			150.000,00	
	Total	21.213.830,00	2.541.217,00	2.075.342,00	1.118.010,00	22.797.715,00	

3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos

A Universidade dos Açores não dispõe de plano plurianual de investimentos.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

4 - Operações de tesouraria

O quadro abaixo, relativo às operações de tesouraria, apresenta as operações que geraram influxos ou efluxos de caixa, que tiveram expressão na tesouraria, mas não representaram operações de execução orçamental, não sendo consideradas receita ou despesa orçamental:

Códigos das contas	Designação	Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
071	Recebimentos por operações de tesouraria	072	Pagamentos por operações de tesouraria				
0711	Intermediação de fundos	0721	Intermediação de fundos				
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	0722	Entrega de receita cobrada por conta de outrem				
07121	Receita fiscal	07221	Receita Fiscal				
071211	Autarquias Locais	072211	Autarquias Locais				
071212	Entidade Contabilística Estado	072212	Entidade Contabilística Estado				
071213	Região Autónoma Açores	072213	Região Autónoma Açores				
071214	Região Autónoma Madeira	072214	Região Autónoma Madeira				
071219	Outras entidades beneficiárias	072219	Outras entidades beneficiárias				
07122	Receita não fiscal	07222	Receita não fiscal				
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	0723	Devolução de cauções e garantias				
0714	Cobrança de recursos próprios europeus	0724	Entrega de recursos próprios europeus				
0715	Receção de receitas próprias – duplo cabimento	0725	Entrega de receitas próprias – duplo cabimento				
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	0726	Retenções - Transição para o SNC-AP				
		0728	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental				
0719	Outras receitas de operações tesouraria	0729	Outras despesas de operações de tesouraria		25.703,42	25.703,42	
			Total		25.703,42	25.703,42	

As operações de tesouraria realizadas referem-se a operações que ficam provisoriamente pendentes a aguardar informações adicionais para a sua correta classificação orçamental.

5 - Contratação administrativa

5.1 - Situação dos contratos

Os contratos celebrados em 2019 ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira em 2019 são apresentados no quadro seguinte:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

5.2 - Adjudicações por tipo de procedimento

As adjudicações efetuadas em 2019, resumidas por tipo de procedimento de adjudicação, são apresentadas no quadro seguinte:

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Número dos contratos	Valor
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	
Empreitada de obras públicas												
Aquisição de serviços	3	88.989,92							34	650.847,69	37	739.837,61
Locação ou aquisição de bens móveis								15	118.845,25	15	118.845,25	
Concessão de obras públicas												
Concessão de serviços públicos												
Sociedade												
Outros												

6 - Transferências e subsídios

6.1 - Transferências e subsídios - despesa

As transferências e subsídios correntes e de capital concedidos em 2019 são apresentados no quadro seguinte:

TIPO DE DESPESA	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências e / subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
Transferências correntes									
040305-SASE	Transferências corrente SASE		Serviços de Ação Social Escolar	145.912,00	145.912,00	145.912,00			
040802B000-Outras	Bolsa de estudo			2.000,00	2.000,00	2.000,00			
040802B000-Outras	Bolsa de gestão			890,73	890,73	890,73			
040802B000-Outras	Bolsa de mobilidade Consórcio Atlantic Madeira			81.048,40	81.048,40	81.048,40			
040802B000-Outras	Bolsa de mobilidade Crossing the Atlantic			15.600,00	15.600,00	15.600,00			
040802B000-Outras	Bolsa de mobilidade edição 2017/2019			7.926,10	7.926,10	7.926,10			
040802B000-Outras	Bolsa de mobilidade edição 2018/2020			80.459,30	80.459,30	80.459,30			
040802B000-Outras	Bolsa de mobilidade projeto 2019			93.670,50	93.670,50	93.670,50			
040802B000-Outras	Bolsa de mobilidade Santander			8.088,70	8.088,70	8.088,70			
Total transferências correntes	-	-	-	435.595,73	435.595,73	435.595,73			-
Total transferências de capital	-	-	-	-	-	-			-
Total subsídios	-	-	-	-	-	-			-

6.2 - Transferências e subsídios - receita

As transferências e subsídios correntes e de capital obtidos em 2019 são apresentados no quadro seguinte:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

TIPO DE RECEITA	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferência s / subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(7)	(8)
Transferências correntes								
060102-Privadas	Convénio para o desenvolvimento de atividades de ID&I		Plantações de Chã Gorreana	2.538,32	2.538,32			
060102-Privadas	Convénio para o desenvolvimento de atividades de ID&I		Azores on Route, Limitada	1.500,00	1.500,00			
060102-Privadas	Apoio à organização da EFMA 2019		Cachapuz - Equipamentos para Pesagem, Lda.	2.500,00	2.500,00			
060102-Privadas	Apoio à organização da EFMA 2019		Primavera BSS	1.000,00	1.000,00			
060102-Privadas	Apoio à organização da EFMA 2019		J. Guimarães, M. Malheiro e Mário Gui - arães SROCC	1.000,00	1.000,00			
060102-Privadas	Apoio à organização da EFMA 2019		Audlex - Consultores de Gestão Unipessoal, Lda.	500,00	500,00			
060102-Privadas	Apoio à organização da EFMA 2019		Fruilact - Soc. Gestora Participações Sociais, SA	1.000,00	1.000,00			
060102-Privadas	Convénio para o desenvolvimento de atividades de ID&I		Isoport - Isótopos p/ Diagnóstico e Terapêutica, SA	3.000,00	3.000,00			
060102-Privadas	Apoio à organização da EFMA 2019		DST Center, SA	1.000,00	1.000,00			
060201-Bancos e outras instituições Financeiras	Donativo ao abrigo da Lei do Mecanato referente a 2018.		Banco Santander Totta	48.780,00	48.780,00			
06030301-2874- Universidade dos Açores	Requisição Fundos correntes O.E.		Agência Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	16.519.074,00	16.519.074,00			
0603075296- FCT	Bolsas de Doutoramento		Fundação para a Ciência e a Tecnologia	30.250,00	30.250,00			
0603075960- FGF			TCO - Adm. central - SFA	200.000,00	200.000,00			
060401-Região Autónoma dos Açores	Apoio ao funcionamento tripartido da Universidade dos Açores		Direcção Regional da Ciência, Tecnologia	350.000,00	350.000,00			
060401-Região Autónoma dos Açores	Ecopackaging - 1ª tranche		FRCT - Fundo Regional Ciência e Tecnologia	40.000,00	40.000,00			
060401-Região Autónoma dos Açores	EFMA 2019 - Sponsors		Vice-Residência Governo, Emprego Competitividade	2.500,00	2.500,00			
060401-Região Autónoma dos Açores	Apoio ao projeto "Um trauilo de século de presença francesa na ilha das Flores - 1966-1993"		GSRPRE - Secret. Reg. Adj. Presid. Relêç. Externas	1.538,07	1.538,07			
060502-Região Autónoma dos Açores	Acordo de projeto entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.		Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	2.700,00	2.700,00			
060502-Região Autónoma dos Açores	Acordo de projeto entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Universidade dos Açores para o desenvolvimento da academia Gulbenkian do conhecimento		Câmara Municipal de Ponta Delgada	5.000,00	5.000,00			
060502-Região Autónoma dos Açores	Convénio para um compromisso estratégico entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal de Ponta Delgada		Câmara Municipal de Ponta Delgada	3.000,00	3.000,00			
060502-Região Autónoma dos Açores	Acordo de projeto entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória.		Município da Praia da Vitória	10.000,00	10.000,00			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	Programa Gulbenkian conhecimento - AGC 2018		Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	15.000,00	15.000,00			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	EcoMod 2019 - Sponsors		Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	1.500,00	1.500,00			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	EFMA 2019 - SPONSORS		Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	2.000,00	2.000,00			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	Oferta anual de Bolsa de Estudo a estudante da UAC		Fundação Paulista	1.000,00	1.000,00			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	Estudo sobre o cancro nos Açores - 2ª tranche do protocolo		Centro de Oncologia dos Açores	1.986,60	1.986,60			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	Robô AZORESBOT		Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	1.250,00	1.250,00			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	Apoio na co-organização da European Financial Management Association 2019 Annual Meetings a realizar nos Açores - compromisso 201900011087		Universidade do Minho	1.000,00	1.000,00			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	Apoio ao evento - Voyage around the moon		Embaixada do Canadá	400,00	400,00			
060701-Instituições s/ fins lucrativos	Atribuição de uma bolsa a um estudante da universidade dos Açores - Convénio de cooperação		Rotary Club de Ponta Delgada	871,52	871,52			
02060901-União Europeia - Instituições	Projeto Forward - 1ª tranche		Governo de Canárias	114.501,56	114.501,56			
02060901-União Europeia - Instituições	Projeto BIODIVERSITY - EEA Grants - "Biodiversity in seamounts: the Madeira Tote and Great Meteor		Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP	1.640,15	1.640,15			
02060901-União Europeia - Instituições	Projeto IDiverse (Island Diversity) - Erasmus+ (referência 2017-1-PT01-KA201-035919)		NUCLIO - Núcleo Interactivo de Astronomia	7.319,79	7.319,79			
02060901-União Europeia - Instituições	Projeto 2018-1-PT01-KA103-046781 - 2ª tranche		Agência Nacional Erasmus+ Educação e formação	48.217,00	48.217,00			
02060901-União Europeia - Instituições	Projeto 2017-1-PT01-KA103-035276-restituição		Agência Nacional Erasmus+ Educação e formação	296,00	296,00			
02060901-União Europeia - Instituições	Projeto 2018-1-PT01-KA103-060299		Agência Nacional Erasmus+ Educação e formação	240.240,00	240.240,00			
02060901-União Europeia - Instituições	Projeto - Consórcio Atlantic Madeira nº 2018-1-PT01-KA103-046697 - 2ª tranche		Universidade da Madeira	28.263,00	28.263,00			
02060901-União Europeia - Instituições	Projeto - Consórcio Atlantic Madeira II 2019/2021 - contrato financeiro nº 2019-1-PT01-KA103-060393		Universidade da Madeira	111.696,00	111.696,00			
02060901-União Europeia - Instituições	Pensmac - MAC1.1.a/049 - GBA		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	2.509,17	2.509,17			
02060901-União Europeia - Instituições	Ecomarport - MAC1.1.b/081 - ITAA -		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	789,60	789,60			
02060901-União Europeia - Instituições	MACBioBlue - MAC1.1.a/086 - GBA		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	6.015,06	6.015,06			
02060901-União Europeia - Instituições	Ecofibras - MAC/4.6.d/040 - ITAA		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	26.046,26	26.046,26			
02060901-União Europeia - Instituições	Voltskmac - MAC/3.5b/124 - NAR		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	5.699,52	5.699,52			
02060901-União Europeia - Instituições	Rebecca - MAC/1.1/060 - CIBO		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	7.914,02	7.914,02			
02060901-União Europeia - Instituições	Cuantagrigi - MAC/2/1.1a/231		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	506,02	506,02			
02060901-União Europeia - Instituições	Voltskmac II - MAC/2/3.5b/328		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	1.432,86	1.432,86			
02060901-União Europeia - Instituições	Vercocar - MAC/2/3.5b/307		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	778,32	778,32			
02060901-União Europeia - Instituições	MACBobespi - M2/1.1a/289		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	1.846,16	1.846,16			
02060901-União Europeia - Instituições	Rabeca - CCT-MAC/2/1.1b/269		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	1.983,02	1.983,02			
02060901-União Europeia - Instituições	MIMAR - MAC/2/4.6d/249		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	738,29	738,29			
02060901-União Europeia - Instituições	MACFlot2 - MAC/2/4.6d/386		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	630,72	630,72			
02060901-União Europeia - Instituições	Aquamit - MAC/2/1.1a/282		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	1.730,57	1.730,57			
02060901-União Europeia - Instituições	INV2MAC - MAC/2/4.6d/229		Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.	2.468,10	2.468,10			
02060905-Países terceiros e organizações internacionais	Embaixada dos Estados Unidos da América		American Corner - Grants	33.092,15	33.092,15			
Total transferências correntes				17.898.241,85	17.898.241,85			
Transferências de capital								
1003085298-Senários e Fundos Autónomos	Progra a de apoio a contratação de doutorados		Fundação para a Ciência e a Tecnologia	151.961,00	151.961,00			
Total transferências de capital				151.961,00	151.961,00			
Subsídios								
Total subsídios								

[Handwritten signature]

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

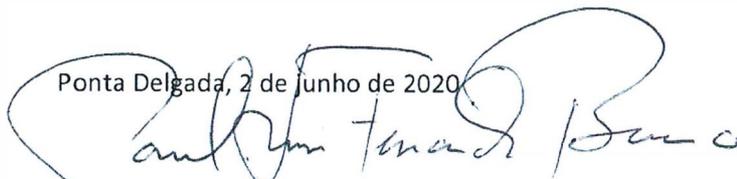
Ao Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente os documentos de Prestação de Contas Separadas da **Universidade dos Açores** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais compreendem as demonstrações financeiras que inclui o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras e, também, as demonstrações orçamentais que inclui uma demonstração de desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa e o anexo às demonstrações orçamentais, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Gestão todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem, sendo de sublinhar os aspetos relacionados com as medidas preventivas que têm sido adotadas para minorar os efeitos do surto pandémico com reflexos no financiamento da atividade, que como destacado no relatório de contas apresenta alguns constrangimentos na cobertura das especificidades insulares e ultraperiféricas da Região Autónoma dos Açores.
3. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
4. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
5. A Entidade presta informação relevante sobre as atividades desenvolvidas no decurso do ano económico de 2019, apesar de não ter ainda desenvolvido as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que define os requisitos gerais para a sua apresentação e divulgação.

Em face do trabalho desenvolvido, cuja Certificação Legal das Contas nesta data emitida é parte integrante, somos de parecer que se aprove os documentos de Prestação de Contas da **Universidade dos Açores** para o período findo em 31 de dezembro de 2019, bem como a aplicação dos resultados proposta.

Ponta Delgada, 2 de Junho de 2020



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Universidade dos Açores** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 47.799.521 euros e um total de fundos próprios de 41.139.213 euros, incluindo um resultado líquido de 68.994 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Universidade dos Açores** em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

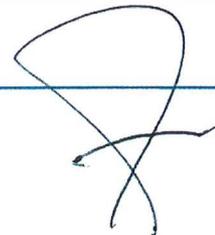
Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na Nota 17 do anexo às demonstrações financeiras e no relatório de contas, a Entidade adotou medidas excepcionais consideradas necessárias e impostas legalmente relacionados com COVID 19, as quais terão impacto nas operações e na posição financeira e orçamental da Entidade, a qual se encontra pressionada pelo não adequado financiamento público às especificidades insulares e ultraperiféricas da Região Autónoma dos Açores. Todavia, tendo em consideração a informação presentemente disponível sobre a evolução deste surto pandémico, o Conselho de Gestão entende que o princípio da continuidade das operações usado na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2019, permanece apropriado.



A nossa opinião não é afetada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação nos termos das disposições em vigor, as quais não incluem o efeito da consolidação integral, nem da aplicação do método de equivalência patrimonial, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a publicar e aprovar em separado.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

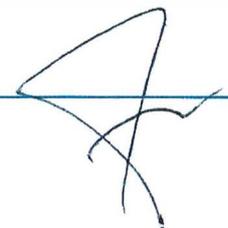
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do



que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 21.782.603 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 20.680.165 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 2 de Junho de 2020



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)